



SENADO FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

CONSULTOR LEGISLATIVO

MANHÃ

ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO

AGRICULTURA

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas e o preenchimento da folha destinada ao texto definitivo da redação.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

BLOCO I - CONHECIMENTOS GERAIS**Língua Portuguesa****1**

Leia o fragmento a seguir.

“Estamos na fase preliminar de uma das maiores batalhas da história (...) Que estamos em ação em muitos pontos — na Noruega e na Holanda — (...) que temos que estar preparados no Mediterrâneo. Que a batalha aérea é contínua, e que muitos preparativos têm que ser feitos aqui em casa.

Eu diria à Câmara como disse àqueles que aderiram a este governo: “Não tenho nada a oferecer além de sangue, labuta, lágrimas e suor”. Temos diante de nós uma provação do tipo mais grave. Temos diante de nós muitos, muitos longos meses de luta e de sofrimento.

Você pergunta, qual é a nossa política? Direi: É travar uma guerra, pelo mar, terra e ar, com toda a nossa força e com toda a força que Deus pode nos dar; para travar uma guerra contra uma tirania monstruosa, nunca superada no catálogo sombrio e lamentável do crime humano. Essa é a nossa política. Você pergunta, qual é o nosso objetivo? Eu posso responder em uma palavra: Vitória. Vitória a todo custo — vitória apesar de todo o terror — Vitória, por mais longa e difícil que seja o caminho, pois sem vitória não há sobrevivência.”

CHURCHILL, Winston, pronunciamento na Câmara dos Comuns do Parlamento Britânico, em 13 de maio de 1940.

A seguir aparecem algumas observações sobre o discurso político; entre essas observações, assinale a que se relaciona mais diretamente a esse fragmento do discurso de Churchill, considerando exclusivamente esse segmento e sua situação de produção.

- (A) O discurso apresenta uma tese exposta na primeira frase do texto e, da mesma forma, também tem um argumento que a apoia. Portanto, a afirmação que se pretende comunicar aos destinatários é defendida com fatos reais ou raciocínio plausível.
- (B) A construção de um discurso tem um senso estratégico de ação, isto é, na exposição de sua ideia, existem objetivos definidos, modos ou maneiras claras de alcançá-los e antagonistas ou obstáculos que podem se apresentar como ameaças no campo de jogo.
- (C) Nesse tipo de fala, o receptor está em uma posição em que deve decidir e tomar uma posição em relação a eventos passados, ocorrendo um provável julgamento do desempenho dos líderes.
- (D) O discurso político nesses casos concentra-se em demonstrar que ações precisas e necessárias foram tomadas no desenvolvimento da gestão, abordando meios de subsistência suficientes e, além de convincente, garantindo que a coisa certa foi feita sobre uma questão transcendental e futura.
- (E) É uma ferramenta essencial para os atores políticos, pois é usada por eles para expressar sua maneira de ver certos problemas, vincular os ouvintes aos seus ideais, gerar perguntas sobre o exercício do poder ou criar esperança para quem recebe a mensagem.

2

Leia o fragmento a seguir.

“Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.

Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.

Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional.”

QUADROS, Jânio. Carta enviada ao Congresso Nacional.
Brasília, 25 de agosto de 1961.

Assinale a opção que indica a marca formal e semântica que melhor define o texto da carta de Jânio Quadros.

- (A) Enumeração de problemas enfrentados pelo presidente no exercício de sua função, justificando a sua decisão de renunciar à Presidência e apresentando os motivos de sua desistência de forma objetiva.
- (B) Relato dos feitos realizados no período do mandato, numa espécie de prestação de contas a seus eleitores.
- (C) Apelo sentimental e patriótico aos eleitores no sentido de que o presidente mostre seu ato como um motivo a mais de valorização pessoal.
- (D) Explicação dada a seus eleitores, demonstrando a impossibilidade de cumprir os ideais partidários com que o presidente se havia comprometido no período eleitoral.
- (E) Tentativa de manipulação da opinião pública contra as estruturas vigentes a fim de incentivar a eleição de novos mandatários comprometidos com o povo brasileiro e seus anseios.

3

Num cenário de formatura colegial, o professor encarregado do discurso de patrono da turma, começou-o da seguinte forma:

“Senhores pais aqui presentes, meus caros ex-alunos: neste meu discurso vou seguir os conselhos de Millôr Fernandes, que recomendava que discursos de formatura e governos de ditadura, quanto mais curtos, melhor!”

Assinale a opção que apresenta a recomendação do especialista Jorge David Cortés Moreno sobre a maneira de introduzir-se um discurso, que foi seguida pelo patrono da turma.

- (A) Enumerar todas as pessoas presentes a fim de que se sintam valorizadas e participem da fala do orador.
- (B) Indicar previamente o conteúdo da fala, tentando despertar a curiosidade dos ouvintes.
- (C) Valorizar o discurso com uma citação culta no sentido de prender a atenção do público.
- (D) Começar por uma frase inesperada dentro da situação de enunciação, fugindo de um lugar-comum.
- (E) Destacar ironicamente um aspecto do discurso, aspecto esse que corrobora as marcas tradicionais do mesmo tipo de texto.

4

O texto publicitário a seguir anuncia um curso sobre o liberalismo.

Falar em nome do liberalismo virou moda, e muitos tentam usurpar o termo para diferentes escolas de pensamento. Venha mergulhar nas ideias dos grandes pensadores da liberdade, desde os clássicos até os contemporâneos.

Conheça a fundo as obras das principais referências do liberalismo e conservadorismo, com quem está há pelo menos 20 anos estudando o tema e que atuou diretamente na disseminação da filosofia liberal, muito antes da polarização atual. Entenda, de uma vez por todas, os conceitos das diferentes vertentes do liberalismo. Pensadores da Liberdade é o manual definitivo para entender os principais argumentos que sustentam o liberalismo.

Por meio da influência desses mestres, o curso oferece uma visão e um entendimento a respeito da liberdade e o que devemos fazer para chegarmos mais perto desse ideal.

O melhor antídoto contra o obscurantismo e a desinformação é o conhecimento. O curso apresenta matéria consistente para que cada pessoa possa construir a própria reflexão sobre os valores de uma sociedade verdadeiramente democrática.

(Adaptado)

Assinale a opção que indica a instrução destinada à produção de um texto como esse, que foi seguida pelo seu autor.

- (A) Fazer pesquisas sobre o tema. Se você deve informar ou persuadir o público, sua credibilidade é essencial. Então, você deve conhecer seu tema de forma exaustiva. Não o focalize sob o seu ponto de vista pessoal e procure todos os argumentos ligados a ele. Você poderá, assim, enfrentar toda pergunta do público e convencê-lo de forma mais eficiente.
- (B) Se seu texto visa a convencer alguém, você pode apresentá-lo sob a forma de problema a resolver. O corpo do texto será composto de duas partes: a primeira destaca as questões de mais interesse e a segunda as desenvolve, apresentando também as soluções, com respostas para cada elemento evocado na primeira parte.
- (C) Encontre uma focalização eficaz. Os primeiros minutos de seu discurso são capitais para despertar o interesse e a atenção do público; você pode, por exemplo, introduzir o texto de forma a destacar um traço marcante do tema ou uma cifra eloquente.
- (D) Organize suas ideias de forma lógica. Um texto é proporcionalmente mais eficaz à medida que é simples no fundo e na forma. Faça seu desenvolvimento em torno de três ou quatro pontos mais importantes, seguindo uma ordem cronológica ou estabelecendo comparações.
- (E) Cuide das ligações entre as partes do texto, fazendo um texto fluido e coerente. Na falta desses elementos de transição, seu texto vai parecer frouxo e desorganizado.

5

O texto descritivo a seguir tem por objeto o famoso quadro de Leonardo Da Vinci, a *Monalisa*.



A mulher pintada é representada no modelo de uma pirâmide, numa geometrização triangular, em que as mãos cruzadas formam a base da pirâmide. O centro do quadro é o peito da mulher e está alinhado com o olho esquerdo e os dedos da mão direita. Seu braço esquerdo está confortavelmente apoiado no braço da cadeira e é cruzado pelo braço direito. A posição dos braços, junto com a da cadeira, transmite uma distância entre ela e o observador. A cabeça é coberta por um véu que simboliza a castidade, frequente nos retratos de uma esposa. Não apresenta joias ou sinais particulares de ostentação ou poder econômico.

A postura da Monalisa indica serenidade e, junto com o olhar de soslaio, mas direto para o espectador, mostra o domínio dos sentimentos, algo que normalmente não era atribuído a uma mulher naquela época. O rosto não tem sobrancelhas.

A expressão da mulher na pintura é enigmática ou ambígua. Isso porque o olhar, o corpo e as mãos são direcionados em ângulos sutilmente diferentes. Na borda esquerda da pintura você pode ver a base de uma coluna, sugerindo que a mulher está sentada em uma galeria. A paisagem ao fundo é pintada com uma perspectiva aérea. O azul esfumado e a perspectiva difusa e pouco nítida dão à composição maior profundidade. A paisagem de fundo apresenta um certo desequilíbrio, pois cria a ilusão de uma paisagem que se divide em duas. No entanto, não há continuidade entre os dois. Parece que não há correspondência em termos de alturas e linhas.

Sobre essa descrição, assinale a afirmativa correta.

- (A) A finalidade da descrição pode ser caracterizada como sentimental, já que o observador mostra sua profunda admiração pela obra.
- (B) O observador, focalizando o quadro como real conhecedor de pintura, destaca técnicas geométricas que construíram a beleza do quadro e, como admirador, indica a composição progressiva da imagem da mulher.
- (C) A descrição tem finalidade estética, ou seja, procura mostrar ao leitor os caminhos de uma real observação estética da pintura, com total conhecimento das estratégias e técnicas do pintor e dos efeitos produzidos.
- (D) O texto mostra nítido valor simbólico, em que abundam os exemplos de linguagem figurada a fim de retratar de forma fiel uma obra tão importante.
- (E) Os detalhes destacados na pintura e no modelo são bastante objetivos, com informações sobre as técnicas pictóricas utilizadas e sobre detalhes intrigantes do quadro, com os esclarecimentos necessários ao seu entendimento.

6

Os textos podem apresentar problemas de entendimento quando mostram mais de uma possibilidade de sentido. Esse tipo de problema pode ser causado por um vocábulo que, no contexto, apresenta mais de um significado (polissemia) e também pode ser provocado por uma estruturação sintática inadequada (ambiguidade).

Assinale a opção que mostra simultaneamente polissemia e ambiguidade.

- (A) Os problemas políticos no Ministério da Educação foram resolvidos pela troca do ministro.
- (B) O presidente e o ministro viajam para a Europa na próxima semana.
- (C) O passageiro enjoado dirigiu-se ao banheiro da aeronave.
- (D) Você chegou a ver a coleira do cachorro que Heitor comprou ontem?
- (E) A exibição dos novos modelos agradou a todos os frequentadores do desfile.

7

Um orador parlamentar terminou um de seus discursos com a seguinte frase de efeito:

“Quem é feliz não o sente e nunca sabe que o é!”

Sobre a estruturação sintático-semântica dessa frase, assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo “Quem é feliz” pode ser substituído no contexto da frase por “O felizardo”.
- (B) O final da frase mostra uma elipse do termo “feliz”.
- (C) A frase pode ser reescrita, com a eliminação das negativas, por “Quem é feliz é insensível e ignora que o é”.
- (D) As duas ocorrências do pronome “o” substituem o adjetivo “feliz”.
- (E) A frase tem como equivalente a construção “Quem é feliz não só não o sente como também nunca sabe que o é”.

8

Um escritor francês aborda, no texto argumentativo a seguir, a influência americana na França atual.

“Eu certamente admiro o povo americano; mas esse povo, por muitos aspectos de seu gênio, me é mais estrangeiro que qualquer outro. Eu nunca visitei os EUA. Mas eles fizeram muito mais do que nos visitar: eles nos transformaram. O ritmo de nossa vida cotidiana segue o modelo deles. Sua música aparece em milhões de discos. Milhares de filmes, sobre todas as telas de Paris e do interior, nos impõem seus modelos: a idolatria da técnica, de todas as técnicas criadas pelo homem, a loucura pela velocidade... “Não se compreende nada da civilização moderna, se não se admite antes que ela é uma conspiração universal contra toda vida interior...” escrevia Georges Bernanos, em 1945. Sim, contra tudo o que tinha valor para as pessoas de minha raça: uma vida recolhida numa mansão antiga onde viveram antes de nós aqueles de quem viemos e que nos amaram.”

Sobre esse texto argumentativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O texto protesta contra um colonialismo de um novo tipo: a influência crescente da cultura americana sobre a Europa, rejeitando-a parcialmente, sobretudo no terreno artístico.
- (B) Os argumentos apresentados para demonstrar a influência americana são dificilmente refutáveis, já que apelam para a evidência cotidiana.
- (C) A presença de termos como “idolatria” e “loucura” mostra, implicitamente, apreço pela cultura dos Estados Unidos, que o autor aparentemente rejeita.
- (D) Um contra-argumento que se poderia opor ao pensamento do autor do texto é o de que a influência americana só atinge os países culturalmente mais débeis.
- (E) A visão do autor do texto é bastante otimista, no sentido de que o mundo futuro será apoiado em brilhante tecnologia e vida exterior intensa, facilitando o enriquecimento mútuo das nações.

9

Leia o fragmento textual a seguir.

“É com alegria que eu me rendo aos apelos de meus concidadãos e venho saudar, no meio deles, as esperanças de emancipação, de ordem e de paz que vão germinar, misturadas às raízes desta árvore da liberdade. A árvore é um belo e verdadeiro símbolo da liberdade! A liberdade tem raízes no coração do povo, como a árvore no coração da terra; como a árvore, ela desenvolve seus ramos no céu; como a árvore, ela cresce sem cessar e cobre as gerações com sua sombra.”

(Discurso de Victor Hugo em 1848, no ato de plantar uma árvore).

Sobre a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O autor do discurso apela, inicialmente, para o patriotismo dos ouvintes a fim de que seu discurso seja bem recebido.
- (B) Todo o discurso se apoia na comparação entre as raízes de uma árvore e as raízes da liberdade.
- (C) O autor, na afirmação de que a liberdade desenvolve seus ramos no céu, quer referir-se à proteção divina dada àqueles que lutam pela liberdade.
- (D) As afirmações comparativas do autor se fundamentam em valores universalmente admitidos, ainda que em linguagem figurada.
- (E) A referência à sombra da árvore, além do papel de proteção, mostra os movimentos ocultos que lutam pela liberdade dos povos.

10

Leia o fragmento a seguir.

“Estou contente de me reunir hoje com vocês nesta que será conhecida como a maior demonstração pela liberdade na história de nossa nação.

Há dez décadas, um grande americano, sob cuja sombra simbólica nos encontramos hoje, assinou a Proclamação da Emancipação. Esse magnífico decreto surgiu como um grande farol de esperança para milhões de escravos negros que arderam nas chamas da árida injustiça. Ele surgiu como uma aurora de júbilo para pôr fim à longa noite de cativo.

Mas cem anos depois, o negro ainda não é livre. Cem anos depois, a vida do negro ainda está tristemente debilitada pelas algemas da segregação e pelos grilhões da discriminação.

Cem anos depois, o negro vive isolado numa ilha de pobreza em meio a um vasto oceano de prosperidade material. Cem anos depois, o negro ainda vive abandonado nos recantos da sociedade na América, exilado em sua própria terra. Assim, hoje viemos aqui para representar a nossa vergonhosa condição.”

LUTHER KING, Martin. *Eu tenho um sonho*. Washington DC. 28 de agosto de 1963.

Assinale a opção que apresenta a afirmação adequada ao fragmento acima.

- (A) Os discursos políticos, como esse, abordam questões ideológicas relacionadas ao contexto em que estão se desenvolvendo.
- (B) O fragmento apresenta uma tese, apoiada em argumentos que citam fatos reais, retirados do cotidiano da população negra dos EUA.
- (C) O trecho inicial do discurso de Martin Luther King tem como objetivo de persuasão o adversário político das ideias defendidas.
- (D) Como a maioria dos discursos políticos, esse também se apoia numa linguagem bastante objetiva, como meio mais fácil de convencimento.
- (E) Nesse fragmento, o enunciador está em uma posição em que deve decidir e tomar uma posição em relação a eventos passados, mostrando sua responsabilidade de governante.

Raciocínio Lógico Matemático

11

Três candidatos disputam uma vaga para o Senado Federal. Segundo pesquisas eleitorais, o candidato A abriu uma vantagem de 10 pontos percentuais em relação ao candidato B, o segundo colocado. O candidato C, terceiro colocado, aparece com 8% das preferências do eleitorado.

Há pressões para que C desista da disputa. Caso isso ocorra, 42% de seus eleitores migrariam para a candidatura A, ao passo que 27% optariam por B, segundo as mesmas pesquisas.

Nesse cenário de apenas dois candidatos, a nova diferença percentual entre os candidatos A e B será de

- (A) 15,6%.
- (B) 14,3%.
- (C) 13,8%.
- (D) 12,5%.
- (E) 11,2%.

12

Um reservatório tem o formato de um cone reto. Ele está invertido, com o vértice para baixo e a base para cima. Um líquido é despejado no reservatório a uma vazão constante. Após uma hora, o líquido atinge uma altura igual à metade da altura do reservatório.

O número de horas adicionais necessárias para encher todo o reservatório é igual a

- (A) 1.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 7.
- (E) 8.

13

Uma empresa constrói ferrovias usando 3 tipos de peças de encaixe, de 110, 210 e 310 metros de comprimento. Ela pretende construir um trecho com exatamente 1,5 quilômetros de extensão, usando ao menos uma peça de cada um dos 3 tipos.

O número total de peças que ela deve usar para montar o trecho da ferrovia é igual a

- (A) 8.
- (B) 9.
- (C) 10.
- (D) 11.
- (E) 12.

14

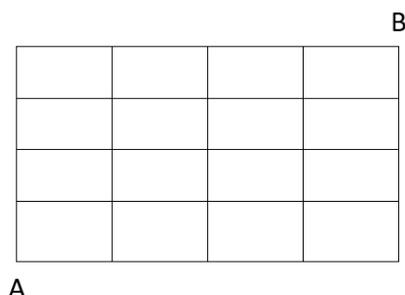
Uma urna contém três bolas brancas. Uma segunda urna contém uma bola branca e duas pretas. Retira-se uma bola ao acaso de uma das urnas e verifica-se que ela é branca, desconhecendo-se qual urna foi escolhida. A seguir, retira-se uma segunda bola, ainda se desconhecendo de qual urna se trata, e verifica-se que ela também é branca.

A probabilidade de que uma terceira bola retirada de uma das urnas seja preta é igual a

- (A) 1/2.
- (B) 1/3.
- (C) 1/4.
- (D) 3/4.
- (E) 2/3.

15

Luciana deseja ir do vértice A ao vértice B da malha abaixo.



Ela pode caminhar em linha reta, indo de baixo para cima ou da esquerda para a direita, ao longo das linhas da malha.

O número de modos diferentes de Luciana realizar o seu trajeto é igual a

- (A) 32.
- (B) 56.
- (C) 64.
- (D) 70.
- (E) 84.

16

A *negativa* da frase

“Se fizer sol amanhã, eu vou à praia.”

é

- (A) Se fizer sol amanhã, eu vou ficar em casa.
- (B) Amanhã fará sol, mas eu não vou à praia.
- (C) Se fizer sol amanhã, eu não vou à praia.
- (D) Se não fizer sol amanhã, eu não vou à praia.
- (E) Amanhã não fará sol e eu vou à praia.

17

Paulo termina seus estudos na faculdade às 16h. Nessa mesma hora, Dora sai de casa para buscá-lo de carro. Ela demora 1 hora para ir até a faculdade e 1 hora para voltar da faculdade à casa, andando sempre à mesma velocidade.

Certo dia, ao final das aulas, Paulo resolveu alugar uma bicicleta e tomar o caminho de casa, para ganhar tempo. Com isso, ele se encontrou com Dora após 35 minutos e os dois voltaram para casa de carro.

Paulo e Dora chegaram em casa no seguinte horário:

- (A) 17h.
- (B) 17h05min.
- (C) 17h10min.
- (D) 17h15min.
- (E) 17h20min.

Língua Inglesa

Read text I and answer the six questions that follow it.

Text I

The New Rules of Data Privacy

The data harvested from our personal devices, along with our trail of electronic transactions and data from other sources, now provides the foundation for some of the world's largest companies. [...] For the past two decades, the commercial use of personal data has grown in wild-west fashion. But now, because of consumer mistrust, government actions, and competition for customers, those days are quickly coming to an end.

For most of its existence, the data economy was structured around a “digital curtain” designed to obscure the industry's practices from lawmakers and the public. Data was considered company property and a proprietary secret, even though the data originated from customers' private behavior. That curtain has since been lifted and a convergence of consumer, government, and market forces are now giving users more control over the data they generate. Instead of serving as a resource that can be freely harvested, countries in every region of the world have begun to treat personal data as an asset owned by individuals and held in trust by firms.

This will be a far better organizing principle for the data economy. Giving individuals more control has the potential to curtail the sector's worst excesses while generating a new wave of customer-driven innovation, as customers begin to express what sort of personalization and opportunity they want their data to enable. And while Adtech firms in particular will be hardest hit, any firm with substantial troves of customer data will have to make sweeping changes to its practices, particularly large firms such as financial institutions, healthcare firms, utilities, and major manufacturers and retailers.

Leading firms are already adapting to the new reality as it unfolds. The key to this transition — based upon our research on data and trust, and our experience working on this issue with a wide variety of firms — is for companies to reorganize their data operations around the new fundamental rules of consent, insight, and flow.

[...]

Federal lawmakers are moving to curtail the power of big tech. Meanwhile, in 2021 state legislatures proposed or passed at least 27 online privacy bills regulating data markets and protecting personal digital rights. Lawmakers from California to China are implementing legislation that mirrors Europe's GDPR, while the EU itself has turned its attention to regulating the use of AI. Where once companies were always ahead of regulators, now they struggle to keep up with compliance requirements across multiple jurisdictions.

Adapted from: <https://hbr.org/2022/02/the-new-rules-of-data-privacy>
February 25, 2022 – Retrieved September 6, 2022

18

Based on Text I, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () Advertising firms will be majorly affected by changes in data privacy rules.
- () Formerly, control over personal data for commercial purposes followed tight guidelines.
- () Legislators have currently been lax on users' assent of their data.

The statements are, respectively,

- (A) T – F – F.
- (B) F – F – T.
- (C) F – T – T.
- (D) F – T – F.
- (E) T – F – T.

19

The word "troves" in "troves of customer data" (3rd paragraph) refers to a(n):

- (A) sensible batch.
- (B) classified input.
- (C) controlled bunch.
- (D) sensitive network.
- (E) valuable collection.

20

According to the 2nd paragraph, in relation to the industry's practices, the function of the "digital curtain" was to

- (A) spur them.
- (B) forbid them.
- (C) endure them.
- (D) conceal them.
- (E) sponsor them.

21

In "Federal lawmakers are moving to curtail the power of big tech" (5th paragraph), it is implied that, in relation to the power of big tech, federal lawmakers aim at

- (A) spreading it out.
- (B) cutting it down.
- (C) taking it away.
- (D) crossing it off.
- (E) tangling it up.

22

"As" in "Leading firms are already adapting to the new reality as it unfolds" (4th paragraph) signals a

- (A) contrast.
- (B) condition.
- (C) conclusion.
- (D) comparison.
- (E) concomitance.

23

In the extract "now they struggle" (5th paragraph), the pronoun refers to

- (A) requirements.
- (B) legislatures.
- (C) lawmakers.
- (D) companies.
- (E) regulators.

Read Text II and answer the two questions that follow it.

Text II



"Another memo from our Legal department. Cursors have too many sharp edges and must be removed from all of our computers."

From: https://www.glasbergen.com/ngg_tag/legal-department/

24

The gist of this cartoon depends on the reader

- (A) sighting the arrow.
- (B) mastering the rules.
- (C) understanding the pun.
- (D) handling the hardware.
- (E) noticing the straight faces.

25

The character's speech reveals that the legal department has

- (A) praised the quality of the software.
- (B) sent at least one memorandum before.
- (C) scoffed at the scope of current cursors.
- (D) been demanding highly skilled employees.
- (E) considered computers a shrewd investment.

Processo Legislativo Constitucional

26

No início da legislatura, seriam definidos os integrantes de determinada Comissão permanente do Senado Federal. Os senadores filiados aos Partidos Políticos *Alfa*, *Beta* e *Gama*, em total de 9 (nove), atuavam sob uma liderança comum no âmbito dessa Casa Legislativa, o que fez que os líderes dos referidos partidos perdessem suas atribuições e prerrogativas regimentais. Com isso, ao ver dos senadores, aumentavam suas chances de participar da referida Comissão.

Considerando os termos dessa narrativa e à luz da sistemática constitucional vigente, é correto afirmar que

- (A) todos os partidos políticos têm o direito assegurado de participar da referida Comissão.
- (B) todos os senadores, independente da reunião descrita no enunciado da questão, têm o direito subjetivo de participar da referida comissão.
- (C) deve ser assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional, na referida Comissão, dos partidos políticos e dos partidos reunidos sob uma liderança comum, como descrito no enunciado.
- (D) deve ser sempre assegurada a representação proporcional dos partidos políticos na referida Comissão, mas não a participação de partidos reunidos sob uma liderança comum, como descrito no enunciado.
- (E) deve ser assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos na referida Comissão, mas não a participação de partidos reunidos sob uma liderança comum, como descrito no enunciado.

27

O parlamentar federal XX estava muito sensibilizado com a reivindicação de reajuste remuneratório insistentemente apresentada por diversas associações de servidores públicos federais. Por essa razão, solicitou que sua assessoria jurídica elaborasse o respectivo projeto de lei, o qual tinha convicção que seria aprovado, sequencialmente, por cada Casa do Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República.

Caso fosse promulgada uma lei resultante do processo legislativo descrito na narrativa, seria correto afirmar que ela

- (A) não apresentaria qualquer vício, tendo total higidez jurídica perante a ordem constitucional.
- (B) apresentaria apenas vício de iniciativa, que seria suprido pela sanção do Presidente da República.
- (C) apresentaria apenas vício procedimental, em relação à sanção do Presidente da República.
- (D) apresentaria apenas vício de iniciativa, que não seria suprido pela sanção do Presidente da República.
- (E) não apresentaria qualquer vício, desde que o projeto tenha sido aprovado pela maioria de três quintos de cada Casa.

28

Com base em anteprojeto elaborado por uma comissão de notáveis, o Presidente da República apresentou projeto de lei veiculando um “Código Empresarial”, que foi muito elogiado em razão de sua elevada sistematização, além de aumentar a confiabilidade dos empresários, principalmente estrangeiros, na legislação brasileira.

O Chefe do Poder Executivo, sensível a essa constatação e com o objetivo de superar alguns problemas enfrentados pela República Federativa do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, solicitou que o referido projeto tramitasse em regime de urgência, a começar pela Casa Legislativa iniciadora.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Casa Legislativa iniciadora será

- (A) o Senado Federal, sendo que a aprovação, ou não, do regime de urgência, dependerá de deliberação do plenário da Casa Legislativa.
- (B) a Câmara dos Deputados, sendo que os prazos afetos ao regime de urgência não são aplicados na situação descrita na narrativa.
- (C) o Senado Federal, sendo que a aprovação, ou não, do regime de urgência, dependerá de deliberação da mesa diretora da Casa Legislativa.
- (D) a Câmara dos Deputados, não havendo margem de liberdade para a Casa Legislativa aprovar, ou não, o regime de urgência solicitado pelo Presidente da República.
- (E) a Câmara dos Deputados, não havendo margem de liberdade para a Casa Legislativa aprovar, ou não, o regime de urgência solicitado pelo Presidente da República.

29

João e Maria travaram intenso debate a respeito do processo para aprovação da emenda constitucional, mais especificamente a respeito de sua distinção em relação à revisão constitucional. Ao final, concluíram que

- I. enquanto a emenda constitucional pode ser promulgada a qualquer momento, a revisão constitucional somente pode ser realizada a cada cinco anos;
- II. o processo legislativo da revisão constitucional é mais qualificado que o da emenda constitucional, exigindo um quórum de aprovação maior;
- III. os limites a serem observados para a aprovação da emenda constitucional não se identificam com os da revisão constitucional.

Em relação às conclusões de João e Maria

- (A) apenas a conclusão I está correta.
- (B) apenas a conclusão II está correta.
- (C) apenas a conclusão III está correta.
- (D) apenas as conclusões I e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

30

O Presidente da autarquia federal *Alfa* foi informado pelo órgão de controle interno que era chegado o momento de apresentar suas contas de gestão ao Tribunal de Contas da União.

Ao se informar sobre o procedimento a ser seguido na apreciação de suas contas, foi-lhe corretamente informado que o Tribunal de Contas

- (A) julgaria suas contas, sendo cabível a interposição de recurso para o Congresso Nacional.
- (B) se limitaria a apresentar parecer prévio sobre suas contas, o qual seriam livremente apreciadas pelo Congresso Nacional.
- (C) julgaria suas contas, podendo decorrer da decisão, entre outras consequências, a aplicação de multa e a imputação de débito.
- (D) se limitaria a apresentar parecer prévio sobre suas contas, o qual somente deixaria de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros do Congresso Nacional.
- (E) julgaria suas contas, estando autorizado a realizar a imputação de débito, não a aplicar multa, não sendo cabível a interposição de recurso para o Congresso Nacional.

BLOCO II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ciência Política

31

A formulação do conceito de Estado moderno remonta ao século XVI, quando a crise dos grandes poderes universais e dos poderes senhoriais feudais abriu o espaço para a formação de monarquias centralizadas dinástico-territoriais, em conflito pela hegemonia da Europa.

Na França, em um contexto de guerras interestatais e civis religiosas, o jurista Jean Bodin desenvolveu uma das primeiras teorias sobre o poder soberano como principal agente da racionalização política:

Aquele que é soberano não deve estar sujeito ao comando de outrem em modo algum, e deve poder dar a lei aos seus súditos e apagar ou anular as palavras inúteis nela substituindo-as por outras, o que não pode ser feito por quem está sujeito às leis ou a pessoas que exercitem o poder sobre ele. Por isso, a lei afirma que o príncipe não está sujeito à autoridade das leis, e em latim a palavra lei significa o comando de quem tem o poder soberano. Assim como o papa, segundo os canonistas, nunca pode atar as próprias mãos, também não as pode atar o príncipe soberano, mesmo que o quisesse. Por isso, no fim dos editos e das ordenanças vemos as palavras “pois tal é o nosso prazer”, para que esteja claro que as leis do príncipe soberano, mesmo que fundadas em motivos válidos e concretos, dependem apenas de sua pura e livre vontade. Quanto, porém, às leis naturais e divinas, todos os príncipes da terra estão sujeitos a elas, nem possuem poder para transgredi-las, se não quiserem serem culpados de lesa majestade divina, pondo-se em guerra contra aquele Deus a cuja majestade todos os príncipes da terra devem se submeter, com absoluto temor e reverência.

Adaptado de J. Bodin, *I sei libri dello Stato*.
Torino: Utet, 1964, livro I, cap. VIII, p. 358-362.

Com base no trecho e em seus conhecimentos, assinale a afirmativa que caracteriza corretamente o conceito moderno de estado e de soberania em Bodin.

- (A) Exercer a soberania absoluta, fazendo uso integral dos poderes da soberania, significa poder modificar o direito ordinário, consuetudinário e as leis fundamentais do Reino.
- (B) Para que o poder seja absoluto, deve se sobrepor a todos os demais poderes, por isso ele se manifesta na prerrogativa de não se submeter à autoridade das leis.
- (C) O poder absoluto consiste na faculdade de derogar as leis civis, no caráter juridicamente incondicionado da soberania e em sua limitação pelo direito divino e natural.
- (D) O Estado moderno é caracterizado por uma entidade soberana, o Estado, que exerce o poder coercitivo sobre um território e possui o monopólio do uso legítimo da força.
- (E) A soberania moderna baseia-se na divisibilidade de poderes exercidos por um Estado sobre uma comunidade política, submetida aos poderes soberano, divino e natural.

32

Democracia e partidos: quatro princípios teóricos.

Na segunda metade do século XX, a ciência política analisou os efeitos da combinação entre instituições de governo e estruturas políticas sobre o desempenho democrático. Os estudos de Duverger (1957) sobre a democracia bipartidária; a tese de Linz (1990) sobre as vantagens do parlamentarismo; as hipóteses de Mainwaring (1993) sobre a instabilidade do presidencialismo, entre outros, permitiram estabelecer os princípios que consideram o desempenho democrático de instituições e estruturas políticas:

- 1º. A democracia em sistema parlamentarista ou presidencialista é estável quando combinada com o bipartidarismo;
- 2º. A democracia em sistema parlamentarista é estável quando combinada com o multipartidarismo;
- 3º. A democracia em sistema semipresidencialista é estável qualquer que seja o sistema de partidos com o qual esteja combinada;
- 4º. A democracia em sistema presidencialista é instável quando combinada com o multipartidarismo.

Adaptado de CHASQUETTI, D. Democracia, multipartidismo y coaliciones en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

Com base no exposto, é correto afirmar que

- (A) o primeiro princípio é exemplificado pelos casos da Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Estados Unidos, Costa Rica, Colômbia, Venezuela (até 1993) e Uruguai (até 1971).
- (B) o segundo princípio é verificado em muitas democracias parlamentares europeias, como as da Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda, Itália, Noruega, Suécia, Grécia e Turquia.
- (C) o terceiro princípio, relativo ao semipresidencialismo, tem correspondência empírica nos casos da Quinta República Francesa, da Bélgica e da Finlândia.
- (D) o quarto princípio é exemplificado pelo êxito das democracias que combinam presidencialismo e multipartidarismo como no Brasil, Equador, Jamaica e Chile.
- (E) a instabilidade indicada no quarto princípio se baseia na natureza colegiada do Executivo e na ausência do mecanismo do voto de desconfiança para a autonomia do Legislativo.

33

As atribuições a seguir exemplificam corretamente a força política do Senado brasileiro e das principais câmaras altas nos sistemas políticos bicamerais ocidentais vigentes, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Participar da aprovação de alterações na Constituição.
- (B) Aprovar o endividamento externo de estados e municípios.
- (C) Autorizar o decreto de estado de guerra, de emergência ou de lei marcial ad referendum da câmara baixa.
- (D) Aprovar a escolha de autoridades na área econômica, tais como presidente e diretores do Banco Central.
- (E) Participar da destituição legal de ocupante do cargo de presidente, primeiro-ministro ou ministros de Estado.

34

No Brasil, o debate sobre o pacto federativo é recorrente em momentos de crise econômica e de governabilidade, estando associado ao desequilíbrio estrutural entre a descentralização de recursos, estabelecida pela Constituição de 1988, e a correspondente indefinição da redistribuição das responsabilidades sobre os serviços. Esse cenário teria se agravado nas últimas décadas, com o aumento das obrigações estaduais e municipais em relação a áreas como saúde, segurança e educação, por exemplo, sem o devido crescimento de arrecadação destinada a essas entidades federativas.

Adaptado de <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pacto-federativo>.

Sobre os conflitos de ordem fiscal, institucional e política associados ao pacto federativo vigente, analise as afirmativas a seguir.

- I. As reivindicações de governadores e prefeitos para revisão das dívidas destes com a União, e para receber compensações tributárias decorrentes de desonerações promovidas pela União em relação às exportações e aos produtos da cesta básica, entre outros, exemplificam como a concentração de competências tributárias e de recursos financeiros na União afeta criticamente o pacto federativo.
- II. As disputas sobre o orçamento público autorizativo ou impositivo, o peso das despesas com empregados celetistas e estatutários - e seus custos previdenciários - para estados-membros e municípios, e a revisão das regras dos Fundos Federais de Participação de estados e municípios, entre outros, exemplificam como o desequilíbrio institucional entre a União e os entes federados contribui para a crise do pacto federativo.
- III. A exacerbação do multipartidarismo, a inexistência de fidelidade partidária e a dificuldade de o Executivo garantir uma maioria legislativa induzem à formação de coalizões, mediante alianças políticas, mas também por práticas de clientelismo, nepotismo e *rent-seeking*, o que exemplifica como o presidencialismo de coalização pode fomentar um quadro de corrupção e ineficiência na alocação de recursos públicos, sendo um elemento de instabilidade para o pacto federativo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

35

A respeito dos conceitos de governabilidade e governança em um contexto democrático, relacione corretamente essas categorias a seus respectivos atributos.

1. Governabilidade
 2. Governança
- () Refere-se às condições substantivas e materiais de exercício do poder e de legitimidade do Estado e do seu governo, decorrentes de sua postura diante da sociedade civil e do mercado.
- () Entende-se como a formulação e implementação das políticas de um governo para a consecução das metas coletivas que compõem o seu programa, legitimado pelas urnas.
- () Concebe-se como a autoridade política do Estado em si, sua capacidade para agregar os múltiplos interesses dispersos pela sociedade e apresentar-lhes um objetivo comum para os curto, médio e longo prazos.
- () Apoiar-se nos agentes públicos ou servidores do Estado que possibilitam a formulação e implementação das políticas públicas e representam o Estado diante da sociedade civil e do mercado.

Assinale a opção que estabelece a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1, 2, 2 e 1.
 (B) 2, 1, 1 e 2.
 (C) 1, 1, 2 e 1.
 (D) 1, 2, 1 e 2.
 (E) 2, 2, 1 e 1.

36

A respeito dos sistemas de votação majoritário, proporcional, distrital e distrital misto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nas eleições majoritária e distrital mista, os eleitores têm dois votos: um para candidatos no distrito e outro para as legendas partidárias.
- (B) Na eleição proporcional, a representação política é distribuída entre partidos políticos ou coligações, considerando a votação do candidato e de seu partido ou coligação.
- (C) Nos Estados Unidos, França e Itália aplicam-se diversos tipos de voto distrital e no Brasil ele foi adotado na experiência parlamentarista da década de 1960.
- (D) Nas eleições proporcionais, leva-se em consideração o quociente partidário, isto é, a soma do número de votos válidos, dividida pelo número de cadeiras em disputa.
- (E) No Brasil, o voto proporcional é usado para a eleição de vereadores, deputados estaduais, federais e distritais, apenas com base nos votos atribuídos ao partido político.

37

Os critérios de eficiência, eficácia e efetividade podem ser usados para avaliar os impactos da aplicação de uma legislação. Nesse caso, a avaliação legislativa examina se a legislação é efetiva, vale dizer, se o comportamento adotado pelos destinatários da norma está de acordo com o esperado; eficaz, vale dizer, se o texto legal está formulado para que os objetivos sejam alcançados; e eficiente, isto é, se os benefícios oriundos da lei compensam os custos impostos por ela, além de serem os menores possíveis.

Adaptado de Avaliação de impacto legislativo: cenários e perspectivas para sua aplicação. Brasília: Senado Federal, CET, 2017.

Com base no exposto, considere uma lei que torne obrigatório o uso de capacete especial para condutores e passageiros de motocicletas, visando a reduzir as mortes por traumatismo craniano nos acidentes com choque de veículos. Em seguida, avalie se as afirmativas a seguir são (V) verdadeiras ou (F) falsas.

- () Se for constatado que as pessoas passaram a utilizar o capacete em função da nova lei, esta pode ser considerada efetiva.
- () Se os óbitos em virtude de traumatismo craniano decorrentes de incidentes com motocicletas persistirem, a nova lei deve ser considerada ineficaz.
- () Se a obrigatoriedade do uso do capacete levou os motociclistas a serem menos cautelosos no trânsito, gerando mais acidentes, a eficiência e a efetividade da lei são baixas.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, V e F.
 (B) V, F e V.
 (C) F, F e V.
 (D) V, F e F.
 (E) V, V e V.

Avaliação de Políticas Públicas

38

Considerada uma área do conhecimento contida na Ciência Política, as políticas públicas foram adquirindo autonomia e status científico a partir de meados do século XX na Europa e Estados Unidos.

Com relação às diferentes conceituações de políticas públicas, analise os itens a seguir:

- I. Em 1936, Lasswell publica o livro "Política: quem ganha o quê, quando e como", título considerado uma das definições de políticas públicas.
- II. O conceito de políticas públicas inclui tanto temas do governo como do Estado.
- III. As políticas públicas são o resultado da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

39

A avaliação de políticas públicas tem como objeto de estudo as decisões políticas e os programas de ação dos governos.

Com relação às teorias e modelos de análise contemporâneos de políticas públicas, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () No modelo de coligações de causa ou de interesse (*Advocacy Coalition Framework - ACF*), se analisa de que forma as questões são reconhecidas e os motivos que as levam a compor a agenda do governo.
- () No modelo sequencial, as políticas públicas são tomadas como resultado de um processo que se desenvolve em etapas, em um ciclo político que se repete.
- () No modelo do equilíbrio interrompido, o foco está voltado para a mudança de imagem da política pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) V, V e F.
- (E) V, F e V.

40

A agenda em políticas públicas é o conjunto de problemas públicos relevantes que podem se tornar um programa específico de governo. A relativa falta de clareza da agenda de políticas públicas é resultado da coexistência de várias agendas que nem sempre coincidem.

Relacione os tipos de agenda com suas respectivas definições:

1. Agenda da sociedade
 2. Agenda do governo
 3. Agenda de decisão
- () problemas de curto e médio prazo que podem afetar não só o governo, mas também os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
 - () questões que preocupam permanentemente diversos atores políticos e sociais.
 - () problemas que um governo específico escolheu tratar, consoante a ideologia partidária e os projetos políticos.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1, 3 e 2.
- (B) 1, 2 e 3.
- (C) 2, 1 e 3.
- (D) 3, 1 e 2.
- (E) 3, 2 e 1.

41

A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões (*performance standards*). Os critérios são mecanismos lógicos que servem como base para escolhas ou julgamentos. Os critérios se fundamentam em entendimentos valorativos da realidade e abastecem o avaliador de parâmetros para julgar se uma política pública funcionou bem ou mal.

Com relação aos critérios usados para avaliações de políticas públicas, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Economicidade refere-se ao nível de recursos utilizados (*inputs*).
- () Eficiência administrativa trata da relação entre produtividade (*outputs*) e recursos utilizados (*inputs*).
- () Efetividade corresponde aos resultados sociais (*outcomes*) com a redução do problema e a geração de valor para a população.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) V, V e F.
- (E) V, F e V.

42

A avaliação *ex ante* é um trabalho de investigação das possíveis consequências de cada alternativa com objetivo de trazer informações que ajudem o processo decisório de política pública. Existem duas tradições de avaliação *ex ante*: a análise racionalista e a análise argumentativa.

Sobre a avaliação *ex ante*, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A análise racionalista privilegia a investigação de evidências quanto aos custos e benefícios de maneira estruturada.
- () A análise argumentativa utiliza prevalentemente projeções e predições.
- () A análise racionalista usa método de conjecturas para a avaliação *ex ante* de alternativa de política pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) V, V e F.
- (E) V, F e V.

43

Na literatura das ciências políticas, os atores são aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política.

Relacione os tipos de atores com suas respectivas características:

1. Políticos
 2. Designados politicamente
 3. Burocratas
 4. Grupos de Interesse
- () Podem ser considerados uma patologia do sistema democrático, pois conseguem desvirtuar, a seu favor, as decisões sobre políticas públicas.
 - () Sua discricionariedade pode ser considerada necessária para aumentar a eficácia da ação pública.
 - () Podem ser considerados uma fonte valiosa de poder para que a administração pública seja sensível às mudanças nas preferências do eleitorado.
 - () São vistos como representantes legítimos de interesses com acesso privilegiado às esferas de poder estatal.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1, 3, 2 e 4.
- (B) 1, 4, 2 e 3.
- (C) 4, 2, 3 e 1.
- (D) 2, 4, 3 e 1.
- (E) 4, 3, 2 e 1.

44

O papel do Poder Legislativo na produção e na avaliação de políticas públicas é sancionar e promulgar as normas estabelecidas pela autoridade pública. A função legislativa pode ser um meio eficiente para realizar mudanças sociais de forma pacífica, de acordo com o direito, por meio da revisão, da modificação e da sanção de leis.

Entre os formatos que uma política pública pode assumir, o Poder Legislativo desenvolve, por meio do orçamento público, políticas públicas

- (A) distributivas.
- (B) redistributivas.
- (C) regulatórias.
- (D) constitutivas.
- (E) sequenciais.

Direito Administrativo

45

João, servidor público, acaba de assumir a chefia de determinado órgão público federal e, como sua primeira providência, solicitou ao Consultor Legislativo Márcio parecer sobre transparência ativa. Com base na lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011), Márcio consignou que é dever daquele órgão público promover a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por ele produzidas ou custodiadas

- (A) independentemente de requerimentos, que podem ser substituídos pela realização de audiências ou consultas públicas e incentivo à participação popular, em substituição à divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).
- (B) mediante provocação do interessado, sendo facultativa a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).
- (C) mediante provocação de qualquer cidadão, sendo facultativa a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).
- (D) mediante provocação de qualquer associação ou partido político, sendo facultativa a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).
- (E) independentemente de requerimentos, sendo obrigatória a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).

46

Cláudia é servidora pública federal ocupante do mesmo cargo efetivo há dez anos e deseja afastar-se do serviço para participar, como aluna, em programa de pós-graduação *stricto sensu* consistente em mestrado em Direito Constitucional e Processo Legislativo em instituição de ensino superior no país, a fim de melhor se qualificar para o exercício de suas funções públicas. No entanto, diante da intensa carga horária do curso e dos horários oferecidos para as disciplinas obrigatórias, Cláudia verificou não ser possível que sua participação ocorra simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

De acordo com o regime jurídico da Lei nº 8.112/1990, preenchidos os requisitos legais, Cláudia

- (A) pode, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração.
- (B) tem direito subjetivo à participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, sem a respectiva remuneração.
- (C) pode, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, sem a respectiva remuneração.
- (D) tem direito subjetivo à participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, sem a respectiva remuneração, desde que não tenha se afastado por licença para tratar de assuntos particulares nos cinco anos anteriores à data do requerimento de afastamento.
- (E) tem direito subjetivo à participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, com a respectiva remuneração, mas terá que permanecer no exercício de suas funções, após seu retorno, por um período mínimo igual ao dobro do afastamento concedido, sob pena de ressarcir os gastos do erário com seu aperfeiçoamento.

47

O Presidente do Senado Federal, por estar sobrecarregado de trabalho, pretende delegar sua competência para editar ato normativo referente a determinada questão de pessoal ao servidor público Moacir, Diretor do Departamento de Recursos Humanos, que é especializado em gestão de pessoal no serviço público.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 9.784/1999, a pretensão de delegação é

- (A) viável, desde que seja comprovada a qualificação técnica do servidor, no bojo de processo administrativo.
- (B) viável, desde que a delegação seja aprovada pela maioria dos Senadores da República.
- (C) inviável, pois a competência administrativa é, em regra, indelegável, irrenunciável e prorrogável.
- (D) inviável, por vedação legal de delegação para a matéria indicada.
- (E) inviável, por vedação legal de delegação de qualquer matéria para servidor público, mas seria possível delegação para outro parlamentar.

48

O Senado Federal pretende realizar contratação que tem por objeto aquisição de peças de origem nacional necessárias à manutenção de equipamentos a serem adquiridas do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, sendo certo que essa condição de exclusividade é indispensável para a vigência da garantia.

No caso em tela, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação pretendida

- (A) deve ser precedida de necessário procedimento licitatório, haja vista a origem nacional das peças a serem adquiridas.
- (B) pode ser objeto de dispensa de licitação, diante de expressa previsão legal.
- (C) pode ser objeto de inexigibilidade de licitação, diante de expressa previsão legal.
- (D) deve ser precedida de necessário procedimento licitatório, cuja modalidade é definida em razão do valor estimado da contratação.
- (E) deve ser precedida de necessário procedimento licitatório, cuja modalidade é definida em razão da natureza da contratação.

49

Maria, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo do Senado Federal, no exercício da função, na condução de determinado processo administrativo que tratava de questão meramente patrimonial, praticou ato ilícito que causou danos materiais a Carla, administrada que figurava como parte no mencionado processo.

Inconformada, Carla ajuizou ação indenizatória em face

- (A) do Poder Legislativo Federal, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, que independe da comprovação do dolo ou culpa de Maria, que está sujeita à ação regressiva, caso presente o elemento subjetivo em sua conduta.
- (B) do Senado Federal, com base em sua responsabilidade civil objetiva, que independe da comprovação do dolo ou culpa de Maria, que está sujeita à ação regressiva, em razão de sua responsabilidade civil subjetiva.
- (C) do Senado Federal, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, que depende da comprovação do dolo ou culpa de Maria, que está sujeita à ação regressiva, caso presente o elemento subjetivo em sua conduta.
- (D) da União, com base em sua responsabilidade civil objetiva, que independe da comprovação do dolo ou culpa de Maria, que, em caso de condenação da União, está sujeita à ação regressiva, diante de sua responsabilidade civil subjetiva.
- (E) da União, com base em sua responsabilidade civil objetiva, e Maria, em caso de condenação da União, está sujeita à ação regressiva para ressarcimento ao erário, independentemente de ter agido com dolo ou culpa.

50

O Ministério Público Federal ajuizou ação de improbidade administrativa em face de João, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo do Senado Federal, imputando-lhe a prática de conduta ímproba comissiva dolosa que atentou contra os princípios da administração pública, por violação dos deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade. De acordo com a acusação, o servidor João, de forma livre e consciente, no mês de agosto de 2022, revelou fato de que tinha ciência em razão das atribuições e que devia permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada.

No caso narrado, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (com redação dada pela Lei nº 14.230/21),

- (A) o servidor João praticou ato de improbidade administrativa e ainda teria praticado o ato ímprobo, mesmo que sua conduta tivesse sido omissiva ou culposa, diante da inequívoca violação a princípios da administração pública.
- (B) o juízo competente deve proferir sentença na ação de improbidade administrativa aplicando a João sanções como a perda da função pública e o pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- (C) o servidor João não praticou ato de improbidade administrativa, exceto se for comprovada a efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público e, na ausência de prejuízo ao erário, deve ser responsabilizado apenas nas esferas criminal e administrativa.
- (D) o juízo competente, ao proferir sentença na ação de improbidade administrativa, não pode condenar João a perda da função pública, por ausência de previsão legal dessa sanção para o tipo de ato ímprobo praticado.
- (E) o juízo competente deve proferir sentença na ação de improbidade administrativa aplicando a João sanções, como a suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos e a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos.

51

O Município Alfa firmou parceria com a Organização da Sociedade Civil Beta, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, para atuação na oferta de serviços de proteção social especial para população em situação de vulnerabilidades e riscos sociais oriundas de condições de dependência química relacionada ao álcool. Sabe-se que a citada parceria foi estabelecida para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública, para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, que envolveram a transferência de recursos financeiros.

Conforme dispõe a Lei nº 13.019/14, o instrumento jurídico por meio do qual foi formalizada tal parceria é o(a)

- (A) termo de fomento.
- (B) contrato de gestão.
- (C) termo de colaboração.
- (D) parceria público-privada.
- (E) acordo de cooperação.

52

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Nesse contexto de tratamento de dados pessoais, de acordo com a citada lei, a empresa pública federal Alfa, quando estiver operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, terá o

- (A) mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público.
- (B) tratamento específico que lhe conferir o Tribunal de Contas da União, na qualidade de órgão gestor de dados.
- (C) tratamento específico que lhe conferir a autoridade nacional de proteção de dados, similar à iniciativa privada.
- (D) mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares.
- (E) tratamento específico que lhe conferir o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, similar à iniciativa privada.

Direito Constitucional

53

Em razão de grave instabilidade institucional ocorrida em determinada região do País, com a participação direta de certas estruturas estatais de poder, um assessor sugeriu ao Presidente da República que decretasse o estado de sítio.

A sugestão apresentada, considerando os balizamentos oferecidos pela sistemática constitucional, mostra-se

- (A) incorreta, pois o estado de sítio é decretado pelo Congresso Nacional, cumprindo ao Presidente da República apenas executá-lo.
- (B) correta, devendo o Chefe do Poder Executivo solicitar autorização ao Congresso Nacional para decretar a medida.
- (C) correta, devendo o Chefe do Poder Executivo editar o respectivo decreto, submetendo-o, em seguida, ao Congresso nacional.
- (D) incorreta, pois os fatos descritos não permitem a decretação do estado de sítio.
- (E) correta, devendo o Presidente da República ouvir os Conselhos da República e de Defesa Nacional, e solicitar autorização do Congresso Nacional para decretar a medida.

54

Com o objetivo de tornar mais equânimes os critérios de promoção dos magistrados, o Estatuto da Magistratura do Estado Alfa dispôs que as promoções dos Juizes de Direito, de entrância para entrância, observariam alternadamente, conforme surgissem as vagas, os critérios do merecimento, da antiguidade e do sorteio, o que foi muito festejado pelos juizes do respectivo Estado.

Insatisfeito com o teor do referido diploma normativo, o Partido Político Alfa, com legitimidade para deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, solicitou que seu advogado se manifestasse sobre a constitucionalidade, ou não, desse diploma normativo.

O advogado respondeu corretamente que o Estatuto da Magistratura do Estado Alfa é

- (A) formal e materialmente constitucional.
- (B) formal e materialmente inconstitucional.
- (C) formalmente inconstitucional e materialmente constitucional.
- (D) formalmente constitucional e materialmente inconstitucional.
- (E) formal e materialmente constitucional desde que os preceitos do referido diploma normativo estejam lastreados em permissivo da Constituição Estadual.

55

O Presidente da República foi comunicado por determinado Ministro de Estado sobre a existência de cem cargos públicos de provimento efetivo que não mais se mostravam necessários, sendo sugerida a sua extinção.

Nesse caso, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a extinção dos referidos cargos públicos

- (A) quer estejam vagos, quer estejam ocupados, pode ser realizada via decreto do Presidente da República, vedada a delegação da respectiva competência ao Ministro de Estado.
- (B) quer estejam vagos, quer estejam ocupados, pode ser realizada via decreto do Presidente da República, permitida a delegação da respectiva competência ao Ministro de Estado.
- (C) pode ser promovida por decreto do Presidente da República apenas se estiverem vagos, permitida a delegação da respectiva competência ao Ministro de Estado.
- (D) pode ser promovida por decreto do Presidente da República apenas se estiverem vagos, vedada a delegação da respectiva competência ao Ministro de Estado.
- (E) em razão do princípio da paridade das formas, deve ser necessariamente realizada na forma prevista em lei, quer estejam vagos, quer ocupados.

56

Cerca de um ano após o deferimento de sua aposentaria pelo órgão federal competente, Joana tomou conhecimento, por meio de uma colega, de que o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou irregularidades na contagem de seu tempo de serviço, o que resultou na conclusão de que o benefício previdenciário foi concedido de maneira irregular, sendo, portanto, ilegal.

Surpresa com a informação, Joana consultou um advogado, sendo-lhe corretamente informado que

- (A) a aposentadoria de Joana somente poderia produzir efeitos após a aprovação do respectivo ato pelo TCU.
- (B) a manifestação do TCU foi ilícita, pois deveria se restringir à emissão de parecer, cabendo ao Poder Legislativo a decisão final.
- (C) a manifestação do TCU afrontou a autonomia política do ente federativo que concedeu a aposentadoria, sendo nitidamente ilícita.
- (D) a manifestação do TCU foi ilícita, pois Joana não foi ouvida no curso do processo administrativo, o que afrontou o contraditório e a ampla defesa.
- (E) a manifestação do TCU produz, como efeito, a negativa de registro do ato de aposentadoria, cabendo ao órgão de origem a adoção das medidas necessárias.

57

João, ocupante, no âmbito do Estado Alfa, do cargo de provimento efetivo de engenheiro, foi eleito Vereador do Município Beta. Por ter dúvida em relação à possibilidade, ou não, de acumular os cargos e, em caso positivo, se os estípedios recebidos em cada qual poderiam ser recebidos de maneira cumulativa, João consultou um advogado, o qual lhe respondeu corretamente que ele

- (A) pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, caso haja compatibilidade de horários, devendo receber os estípedios de ambos, sendo cada qual cotejado isoladamente com o teto remuneratório constitucional.
- (B) pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, caso haja compatibilidade de horários, devendo receber os estípedios de ambos, os quais, somados, serão cotejados com o teto remuneratório constitucional.
- (C) pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, caso haja compatibilidade de horários, devendo optar pelo estípedio de um ou outro.
- (D) não pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, mas pode optar pelo recebimento do estípedio de valor mais elevado.
- (E) não pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, recebendo apenas os subsídios afetos ao primeiro.

58

Juan, brasileiro nato e artista plástico de renome internacional, embora fosse apaixonado pelo Brasil, requereu a nacionalidade do País Alfa, que integra a União Europeia, de modo a facilitar o recebimento de financiamentos e a realização de negócios no âmbito dos demais países que integram o referido bloco. O seu requerimento foi deferido, o que aumentou, inclusive, a facilidade do ingresso de Juan no território de Alfa nas sucessivas viagens que realizava, no curso do ano, a partir do território brasileiro.

Anos depois, Juan foi condenado, em sentença transitada em julgado, pela prática de crime no País Alfa. Como se encontrava em território brasileiro, o referido País solicitou a sua extradição.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, consoante a narrativa, que Juan

- (A) possui dupla nacionalidade, sendo uma delas brasileira, o que obsta o deferimento da extradição pretendida, qualquer que seja o crime praticado.
- (B) por ter a nacionalidade do País requerente, a extradição sempre deve ser deferida, ainda que mantenha, regularmente, a nacionalidade brasileira.
- (C) deve ter declarada a perda da nacionalidade brasileira pelo órgão competente, sendo possível, atendidos os requisitos formais exigidos, que seja deferida a extradição requerida.
- (D) é brasileiro nato, o que significa dizer que a nacionalidade do País Alfa, também ostentada por ele, não possui validade perante a lei brasileira, o que impede o deferimento da extradição.
- (E) possui dupla nacionalidade, sendo uma delas brasileira, o que obsta o deferimento da extradição pretendida, salvo se o crime praticado for o de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.

59

O Partido Político Alfa, que somente contava com representantes na Câmara dos Deputados, não no Senado Federal, foi procurado pelo Prefeito de uma grande capital brasileira, seu filiado, e questionado sobre a possibilidade de a Lei municipal nº XX/1987 ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade, considerando os diversos problemas que vinha causando à administração municipal, embora fosse visível a sua incompatibilidade com a ordem constitucional vigente, afrontando um de seus princípios estruturais.

Ao consultar seu advogado, foi corretamente informado ao Partido Político Alfa que a Lei municipal nº XX/1987

- (A) somente poderia ser impugnada em sede de controle difuso de constitucionalidade.
- (B) poderia ser impugnada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, apenas perante o Supremo Tribunal Federal, e Alfa teria legitimidade para deflagrá-lo.
- (C) poderia ser impugnada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, apenas perante o Supremo Tribunal Federal, e Alfa não teria legitimidade para deflagrá-lo.
- (D) poderia ser impugnada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, apenas perante o Tribunal de Justiça do respectivo Estado, mas Alfa não teria legitimidade para deflagrá-lo.
- (E) poderia ser impugnada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça do respectivo Estado ou perante o Supremo Tribunal Federal, e Alfa teria legitimidade para deflagrá-lo.

60

Ana, professora e estudiosa do federalismo, foi questionada por uma aluna a respeito dos balizamentos constitucionais a serem observados para a decretação de intervenção no ente federativo que não aplicar a receita mínima exigida na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme previsto na Constituição da República.

Ao contínuo ao questionamento, Ana respondeu corretamente no sentido de que

- (A) a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal será da espécie provocada, enquanto a intervenção do Estado em seus Municípios será espontânea.
- (B) a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal será da espécie espontânea, enquanto a intervenção do Estado em seus Municípios será provocada.
- (C) se trata de violação a um dos princípios sensíveis previstos na ordem constitucional, sendo que a intervenção, nesse caso, em qualquer ente federativo, sempre será provocada.
- (D) se trata de violação a um dos princípios sensíveis previstos na ordem constitucional, sendo que a intervenção, nesse caso, em qualquer ente federativo, sempre será espontânea.
- (E) embora a ordem constitucional admitida a decretação da intervenção, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, é imperativa a realização de prévia mediação, sob supervisão do Supremo Tribunal Federal.

Conhecimentos Específicos da Subárea

61

Suponha uma economia de dois bens e preferências dos consumidores monotônicas.

Se um bem é inferior então, necessariamente,

- (A) o outro bem é de Giffen, como corolário da agregação de Engel.
- (B) a equação de Slutsky não é válida, pois a soma das elasticidades-preço da demanda ponderadas deve ser nula.
- (C) o outro bem é de luxo, segundo a agregação de Cournot.
- (D) o outro bem é normal, segundo a derivada em relação à renda da expressão da Lei de Walras.
- (E) o outro bem é normal, segundo a derivação da expressão da agregação de Engel em relação à renda.

62

Sobre mercado de concorrência imperfeita (monopólio), assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A condição “o custo marginal de se produzir a primeira unidade ($c'(0)$) menor do que o valor que os consumidores desejam pagar por essa primeira unidade ($p(0)$)” é necessária e suficiente para que o monopolista produza quantidade positiva.
- () No nível de lucro ótimo, o monopolista pode operar tanto na parte elástica como inelástica da demanda.
- () O *markup* do monopolista tende a ser menor quanto mais elástica for a demanda, sendo que se essa for perfeitamente elástica, o preço será igual à solução de concorrência perfeita.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, V e V.
- (C) F, F e V.
- (D) F, V e F.
- (E) F, F e F.

63

Considere o seguinte caso do Dilema dos Prisioneiros:

Dois criminosos são presos e interrogados em salas separadas, sem possibilidade de comunicação entre ambos.

Para cada criminoso, o interrogador propõe que ele confesse o crime e sirva de testemunha. Cada criminoso pode escolher apenas uma vez se confessa ou não.

Se um dos criminosos confessar o crime, e o outro não, aquele que confessou será posto em liberdade e o outro cumprirá pena de 5 anos. Caso os dois confessem, ambos ficarão presos por 2 anos. Se nenhum dos dois confessar, a penalidade será de apenas 1 ano.

O equilíbrio de Nash em estratégias puras e sua respectiva característica será

- (A) ambos confessarem, sendo estratégia dominante para ambos.
- (B) ambos confessarem, sendo estratégia não dominante para ambos.
- (C) ambos confessarem, sendo um equilíbrio eficiente no sentido de Pareto.
- (D) ambos confessarem ou ambos não confessarem, sendo dois equilíbrios com estratégias fracamente dominantes.
- (E) inexistente, pois a escolha ótima de um depende do outro não realizar a melhor escolha para si.

64

Considere as seguintes siglas:

NFSP = Necessidade de Financiamento do Setor Público

- G = Gastos públicos não financeiros
- T = Arrecadação não financeira
- B = Estoque da dívida pública
- i = taxa nominal de juros
- r = taxa real de juros
- π = inflação

Além disso, na frente da sigla NFSP podem vir os seguintes termos em subscritos:

- cn = conceito nominal
- co = conceito operacional
- cp = conceito primário

Assinale a opção que, do ponto de vista das Finanças Públicas, apresenta a expressão correta.

- (A) $NFSP_{cn} = G - T$.
- (B) $NFSP_{co} = G - T + iB$.
- (C) $NFSP_{cp} = NFSP_{co} - (\text{Receitas e Despesas Não Financeiras})$.
- (D) $NFSP_{co} = \text{Variação de } B + \text{Emissão Monetária}$, se o BACEN adquire uma parcela da dívida.
- (E) $\text{Déficit Primário} + (\text{Receitas e Despesas Financeiras}) = NFSP_{co} - \pi B$.

65

Considere uma economia grande com mobilidade imperfeita de capital e sob regime de câmbio fixo.

No caso de uma política monetária expansionista, geram-se nível de renda _____ e taxa de juros _____.

No caso de uma política fiscal expansionista, geram-se nível de renda _____ e taxa de juros _____.

As lacunas são corretamente preenchidas respectivamente por

- (A) constante, constante, constante e constante.
- (B) maior, maior, constante e constante.
- (C) constante, constante, maior e maior.
- (D) maior, maior, maior e maior.
- (E) constante, constante, maior e constante.

66

Considere a Teoria dos Ciclos Reais de Negócios, a qual busca explicar os ciclos de negócios a partir do referencial clássico. Considerando a possibilidade de substituição intertemporal na oferta de trabalho, no caso de um choque tecnológico, a oferta e demanda agregadas

- (A) podem aumentar ou diminuir, a depender da elasticidade da mão de obra em relação aos salários e dos investimentos em relação aos juros.
- (B) são ampliadas, devido, respectivamente ao aumento da produtividade e dos investimentos, com efeito ambíguo sobre preços.
- (C) se reduz e se amplia, respectivamente, em decorrência da elevação dos juros e a demanda se amplia devido à maior oferta de trabalho.
- (D) permanecem inalteradas, no nível de pleno emprego, no caso da dotação de fatores se mantiver constante.
- (E) crescem, devido ao aumento da demanda por mão-de-obra e a maior investimento privado, elevando o nível de preços no curto prazo.

67

O tema da modernização rural ou questão agrária foi central nos debates políticos da sociedade brasileira entre 1940 e 1960. Nesse debate, as controvérsias estabelecidas entre diferentes linhas de pensamento foram fundamentais para as definições da industrialização e para a definição da política agrária do país.

Com relação ao problema do desenvolvimento em geral e à modernização da agricultura em particular, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O desenvolvimentismo clássico, como estratégia política, pressupunha a acentuação do ativismo estatal, investimentos em infraestrutura e variados graus de controle estatal de setores estratégicos e uma política agrária que visava a elevação da produtividade agrícola.
- () A corrente de economistas neoliberais pré-1964 criticava a ideia da industrialização como motor do crescimento econômico e se opunha ao projeto de planificação, propondo que o país deveria aproveitar as vantagens comparativas dadas pelo clima e pela extensão de terras férteis e se consolidar como país agroexportador.
- () A reforma agrária, tema central no pensamento econômico socialista (como mecanismo de distribuição de terras para elevação do mercado interno e elevação da produtividade), era compartilhada por todas as diversas correntes do pensamento desenvolvimentista pré-1964.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – V.
 (B) V – V – F.
 (C) F – V – V.
 (D) V – F – V.
 (E) F – F – V.

68

A Lei de Cultivares (Lei 9.456/1997) faz parte da construção de um moderno marco regulatório do desenvolvimento rural brasileiro.

Sobre a Lei dos Cultivares e a regulação de sementes, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Ao introduzir inovações, morfológicas bioquímicas e moleculares, que permitam a diferenciação de um cultivar novo, um detentor de direitos se habilita como melhorista.
- () Um cultivar homogênea é a que apresenta variabilidade mínima quanto aos descritores e um cultivar estável é a que mantém sua homogeneidade através de gerações sucessivas, considerando a escala comercial como referência.
- () No intuito de estimular a inovação científica e tecnológica, a lei assegura direitos de propriedade e proteção sobre a cultivar e o material de reprodução ou de multiplicação vegetativa, restringindo, nesse aspecto, a liberdade do agricultor.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

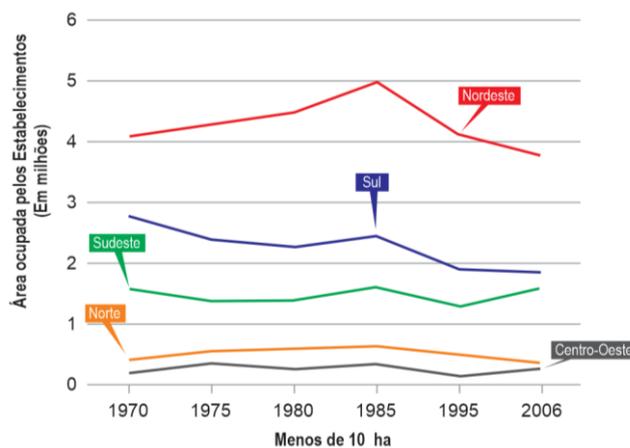
- (A) V - V - F.
 (B) V - F - V.
 (C) F - V - V.
 (D) V - F - F.
 (E) V - V - V.

69

O conceito de *fronteira agrícola* indica os processos de deslocamento populacional, colonização interior, empreendedorismo, inovação e crescimento econômico, que mudam a composição demográfica e econômica de um país.

No Brasil, a política nacional de colonização e reforma agrária, bem como, a política de desenvolvimento rural, têm direcionado a forma da estrutura fundiária e das áreas de fronteira.

Evolução da área dos estabelecimentos rurais por Grande Região 1970-2006
Grupo - 10 Hectares



Fonte: IBGE. Adaptado

A partir dos dados do gráfico sobre a evolução da área dos estabelecimentos de tamanho inferior a 10 hectares, aqui considerados como pequenas propriedades, assinale a afirmativa correta.

- (A) A política nacional de reforma agrária apresentou, no período considerado, uma tendência de expansão do grupo de pequenas propriedades em todas as regiões do país, indicando um movimento de avanço das fronteiras agrícolas.
- (B) O crescimento dos imóveis menores de 10 hectares, no subperíodo 1980-1985, foi mais significativo na região Norte, expressando a opção dos governos militares pela política de colonização como principal instrumento da política de reforma agrária.
- (C) O Sudeste, como região de industrialização, teve no período 1970-2006, uma redução da área no grupo de propriedades de – 10 hectares, expressando o deslocamento populacional para atividades industriais.
- (D) As regiões Sul e Sudeste, no período 1970-2006, apresentam uma correlação linear de crescimento e decréscimo, indicando um comportamento análogo da estrutura fundiária em face das pressões exercidas pelas regiões de fronteira agrícola.
- (E) A redução da área dos estabelecimentos de – 10 hectares no Nordeste e seu crescimento no Centro Oeste (no subperíodo 1995-2006), indica que, nesta última região, a fronteira agrícola permitiu, também, a expansão numérica de pequenas propriedades.

70

Leia o texto a seguir, que apresenta algumas reflexões teóricas sobre o conceito de complexo agroindustrial.

“A sugestão aqui aventada é a de que o poder de mercado demarca as fronteiras do complexo industrial (CI). E que este poder seria o resultado da unicidade do núcleo de poder do CI, ou seja, de uma rede integrada de etapas produtivas, hierarquicamente vinculadas, pelas quais o poder seria transmitido (...)

Em termos lógicos, a noção de Complexo Agroindustrial (CAI) pode ser elaborada mediante a simples inserção de processos na noção de CI. Esse complexo seria distinto de outros conjuntos produtivos, tanto pelas cadeias de insumos e produtos específicos, quando pelo poder de mercado e seu núcleo de poder quanto, finalmente, pela extensão a rede de transmissão desse poder. O que, por certo, configuraria uma estrutura própria e uma dinâmica particular dos setores industriais que operam com insumos e produtos agrícolas.”

Geraldo Muller

Sobre complexo agroindustrial, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na organização produtiva dos complexo agroindustriais, especialmente naquelas cadeias em que existem poucas empresas grandes exercendo o poder de mercado, há uma tendência de formação de situações de oligopsônio.
- II. Os complexos agroindustriais compartilham a especialização produtiva e a interdependência das trocas no sistema econômico com os agrupamentos industriais em geral.
- III. Uma particularidade dos complexos agroindustriais é que, na integração dos processos industriais e agropecuários, o campo da genética do setor ciência e tecnologia cumpre um papel decisivo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

71

Leia o fragmento a seguir.

O conceito de agronegócio “*abarca uma ampla gama de atores, instituições, agências, processos que com eles se relacionam, mas que vão além do eixo básico da agropecuária*”, e “*se impôs no Brasil também como categoria de identificação e de aglutinação de agentes – indivíduos, grupos, instituições – que, ainda que sob a égide do agro, da agropecuária, estão posicionados em diferentes setores da economia e têm um espaço de circulação que vai além do mundo rural*”.

Mário Grynszpan, 2009

Nesse sentido, relacione os processos que caracterizam a evolução recente do agronegócio brasileiro às respectivas afirmativas.

1. Financeirização
 2. Integração vertical
 3. Liberalização das relações de mercado
- () Atuação de uma empresa em mais de um estágio do processo produtivo, o que frequentemente ocorre por meio da fusão de várias empresas que atuam em etapas diferentes, possibilitando o planejamento e aumentando a possibilidade de ampliação da margem de lucro.
- () Cada setor produtivo ou cadeia produtiva, regidos pela Lei nº 13.288/2016, deverá constituir um fórum, de composição paritária, composto pelas entidades representativas dos produtores integrados e dos integradores, promovendo o fortalecimento das relações setoriais.
- () Em 2007, depois de duas décadas de aquisições e expansão, a JBS torna-se a primeira no setor frigorífico a abrir seu capital na bolsa de valores.
- () As reformas de política agrícola incluem, por exemplo, a mudança da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e a extinção do IAA.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 2 – 3 – 1 – 3.
- (B) 2 – 3 – 3 – 1.
- (C) 2 – 3 – 2 – 1.
- (D) 3 – 3 – 1 – 2.
- (E) 2 – 2 – 1 – 3.

72

Leia o fragmento de texto a seguir:

“Lei da Integração completa cinco anos”, Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária.

“Quando se sentou à mesa de negociação naquele novembro de 2016, o suinocultor Emanuel Choaire tinha a percepção de que participava de algo que mudaria a relação entre integrados e a agroindústria. Tratava-se da primeira reunião no Paraná de uma Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadec), constituída de forma paritária por produtores e representantes da empresa. Nunca, até então, suinocultores de Carambeí, nos Campos Gerais, e do Paraná tinham tido a oportunidade de negociar de igual para igual com empresários – no caso, com representantes da Seara/JBS, à qual trabalhavam em regime de integração. Logo depois na primeira pauta, os produtores foram atendidos: conseguiram um reajuste de 5% no preço-base do leitão. Essa primeira reunião é a de que eu mais lembro. Foi uma reunião tensa. Estávamos havia quase seis anos sem reajuste. Aí, tivemos essa vitória. A partir dali, as coisas só melhoraram”, lembra Choaire. “Hoje, a relação entre produtores e a agroindústria está bem tranquila. Todas as partes são ouvidas, cada um mostra o seu lado e chegamos a um consenso. Sempre vão ter impasses, mas temos esse canal de diálogo, que é importante. Estamos no caminho certo”, afirma o suinocultor”.

O texto narra uma mudança nas relações de integração na agricultura brasileira. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei nº 13.288/2016 criou um marco regulatório para o regime de integração, consolidando o contrato de parceria agrícola como instrumento de pacificação das relações entre integradores e integrados.
- II. A Lei nº 13.288/2016 criou mecanismos para tentar mudar as relações de poder entre produtores integrados e integradoras, tentando dar, aos últimos, maior poder de barganha nas negociações.
- III. A Lei nº 13.288/2016 criou as “Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração”, como mecanismo de governança no regime produtivo de integração, com objetivo de dirimir conflitos e mudar a balança de poder nos complexos agroindustriais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, apenas.

73

O cooperativismo é importante fenômeno social e econômico. No campo, as cooperativas desempenham um papel particularmente importante.

O fragmento de texto a seguir comenta a atual situação do cooperativismo no Brasil.

“Com essas informações, afirmar que o cooperativismo é o maior aliado da agricultura brasileira torna-se perfeitamente factível. Graças à sua capilaridade, as cooperativas agropecuárias protagonizam, dentre outros aspectos, a transferência de tecnologia, cujas novidades são verdadeiras “mãos na roda” no que diz respeito ao aumento da produtividade, combate a pragas e à formação da mão de obra rural. No total, o país conta com 1.557 cooperativas dessa natureza. Elas estão presentes em todo o território nacional, reunindo mais de um milhão de cooperados e gerando quase 200 mil empregos diretos. Além disso, o jeito cooperativo de gerar emprego, trabalho, renda e riquezas no campo também evita a concentração de mercados e seus possíveis efeitos negativos. (...) Segundo o IBGE, praticamente metade de tudo que é produzido nos campos do país passam de alguma forma por uma cooperativa. Nossa participação no PIB do agronegócio nacional é de cerca de 11% e, somente as cooperativas agro, para se ter uma ideia, respondem por 21% da capacidade estática de armazenagem de grãos do país”.

Márcio Lopes de Freitas, O Futuro para o Cooperativismo Agrícola no Brasil”

A respeito do cooperativismo rural, assinale (V) para afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () As relações entre cooperativas e seus associados podem ser consideradas, segundo a legislação vigente, como um tipo de relação de integração vertical, mas regulada por legislação específica.
- () As cooperativas singulares são aquelas em que somente se aceita a filiação de pessoas físicas.
- () As cooperativas no setor rural, apesar de não terem fins lucrativos, apresentam significativa produtividade e geração de renda.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F - V - V.
- (B) V - V - F.
- (C) V - F - V.
- (D) V - F - F.
- (E) V - V - V.

74

As relações de trabalho no campo no Brasil foram sempre complexas e contraditórias. Formas servis e escravas coexistiram com formas de trabalho assalariado, trabalho familiar e cooperação comunitária.

Empregados permanentes e temporários no total de ocupados na agricultura em 2017 – Brasil

Região	Total de ocupados	Empregados					
		Permanentes	%	Temporários	%	Assalariados	%
Brasil	15.105.125	1.926.195	12,8	1.891.772	12,5	3.817.967	25,3
Norte	2.010.291	176.437	8,8	196.645	9,8	373.082	18,6
Nordeste	6.376.764	413.844	6,5	868.049	13,6	1.281.893	20,1
Sudeste	3.187.377	742.361	23,3	497.736	15,6	1.240.097	38,9
Sul	2.340.866	25.408	11,1	208.155	8,9	467.563	20,0
Centro-Oeste	1.189.827	334.145	28,1	121.187	10,2	455.332	38,3

Fonte: IBGE (2021b). Adaptado

Sobre as normas reguladoras do trabalho rural na economia brasileira e a dinâmica do trabalho na agricultura brasileira, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei nº 5.889/1973, como parte da política de modernização rural, proibiu o desconto do salário do trabalhador para pagamento da morada.
- II. De acordo com os dados disponíveis e a definição de empregado rural da Lei nº 5.889/1973, o número de empregados rurais é igual ao de assalariados rurais, segundo os dados do IBGE.
- III. o trabalho rural continua sendo realizado especialmente na agricultura familiar ou por conta própria, apresentando também 50% de situação de informalidade entre os empregados rurais, de acordo com a definição da Lei nº 5.889/1973.

Está correto o que se afirma em

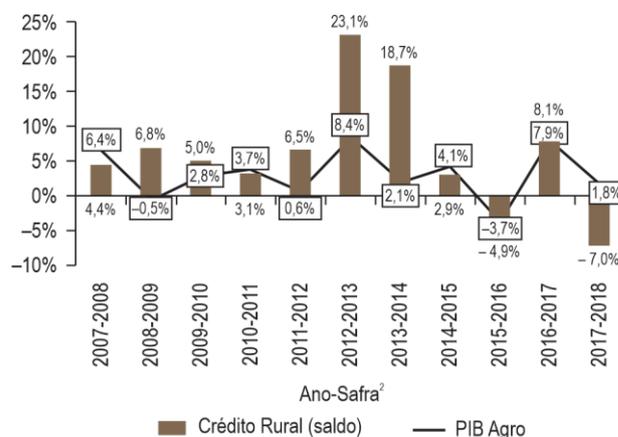
- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

75

Analise os gráficos a seguir.

Gráfico 1

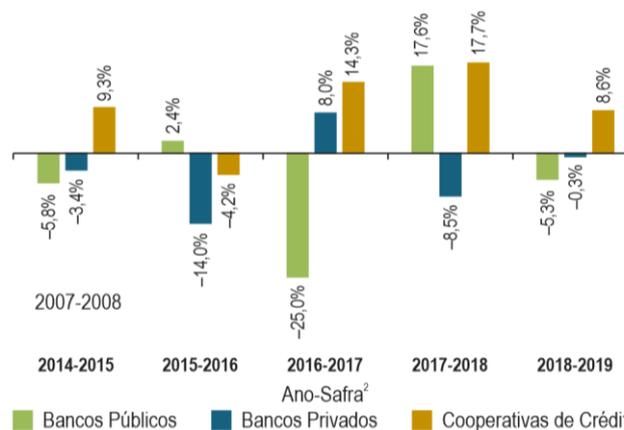
PIB agropecuário e saldo total do crédito total por ano-safra (Taxa de variação real¹)



Fonte: Adaptado de IPEA, 2019

Gráfico 2

Contratações de crédito por tipo de instituição financeira (Taxa de variação real¹ em % ante igual período)



Fonte: Adaptado de EPE

A partir dos gráficos, assinale a afirmativa correta.

- (A) No período 2007-2012, a alta do PIB teve sempre como resposta a elevação da oferta de crédito.
- (B) A expansão da oferta de crédito rural ocorreu com uma diversificação dos atores participantes e da estrutura do SNCR.
- (C) Nos anos 1980, como resposta à crise econômica mundial, ocorreu uma redução da oferta de crédito privado no setor agrícola.
- (D) Com a redução global da oferta de crédito nos anos 1990, ocorreu uma expansão da participação do Tesouro Nacional na oferta de crédito rural.
- (E) No processo de expansão do crédito verificado a partir dos anos 2000, especialmente a partir do ano 2015, os Bancos públicos reassumiram a liderança da oferta de crédito, com o declínio da oferta de crédito pelas cooperativas.

76

Os biocombustíveis e o uso da biomassa para geração de energia tornaram-se um dos pilares da matriz energética brasileira, integrando o setor do agronegócio ao setor energético.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Energética (EPE), “a avaliação do desempenho da produção sucroenergética requer também verificar como está distribuída a área de cultivo da cana, que é diferenciada em: reformada, em reforma, de expansão e de cana soca. A participação da cana planta (cana planta/cana total) considerada ideal é de 18%, percentual relativo a uma renovação do canavial após cinco safras (UNICA, 2017).

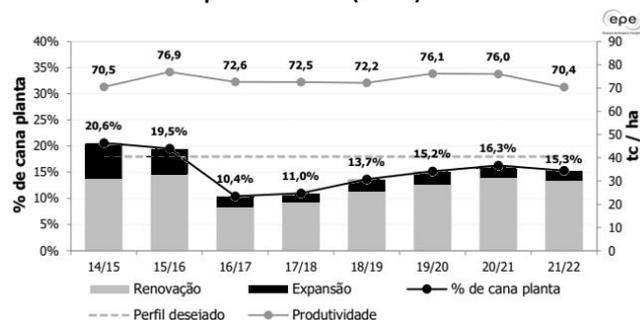
O Gráfico 2 apresenta a evolução da participação da cana planta no total de cana colhida no Brasil, excluindo a área de cana em reforma. Área reformada é aquela recuperada no ano da safra anterior e que está disponível para colheita. Área em reforma é aquela que não será colhida, pois se encontra em período de recuperação para o replantio da cana ou outros usos. Área de expansão é a classe de lavouras de cana que, pela primeira vez, está disponível para colheita. Área de cana soca é aquela que já passou por mais de um corte. Área de cana planta equivale ao somatório das áreas reformadas e de expansão”.

Empresa Brasileira de Pesquisa Energética.
“Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis 2021”

Considerando os comentários da EPE, analise o gráfico a seguir.

Gráfico 1

Participação da cana planta na área total colhida e produtividade (Brasil)



Fonte: EPE a partir de (CONAB, 2022a) (CONAB, 2022b) e (UNICA, 2017)

Sobre os biocombustíveis e o uso da biomassa para geração de energia, assinale a afirmativa correta.

- É possível ver que o aumento percentual da área de renovação, ou seja, reformada e em reforma, coincide com o aumento do percentual de cana planta.
- No período 2017/2022, é possível constatar que as áreas de expansão não produzem nenhuma variação no comportamento da curva de cana planta.
- A produtividade média no período representado no gráfico foi de 73,4, sendo os picos de produtividade de 76,9 e 76,1, respectivamente nos anos 2015/16 e 2019/20, indicando que nesses anos a participação da cana planta se manteve nos parâmetros ideais.
- Os biocombustíveis de 2ª e 3ª geração surgem como parte da tentativa de melhoramento do ATR da cana, especialmente por meio da cana transgênica, visando resolver o problema da estagnação da produtividade no setor.
- Os biocombustíveis de 2ª geração estão sendo desenvolvidos para tentar solucionar um problema de queda de produtividade do setor, considerada por muitos como resultantes de fatores estruturais, o que exige melhoramento de espécies (modificação genética e alteração enzimática) e de processos tecnológicos na produção.

77

Sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (Lei nº 12.188/2010), analise as afirmativas a seguir.

- É um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural.
- É um serviço de educação formal no meio rural que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários.
- Adota os princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.
- O principal instrumento de implementação é o PRONATER, que beneficia, pequenos, médios e grandes agricultores, sendo povos indígenas e tradicionais atendidos em legislação específica.

Está correto apenas o que se afirma em

- I e II.
- I e IV.
- III e IV.
- II e III.
- I e III.

78

Leia o fragmento a seguir.

“Agrotóxicos são, ao mesmo tempo, insumos agrícolas e produtos perigosos, razão pela qual devem ser regulados pelo Estado. Contudo, se evidências científicas sobre impactos de agrotóxicos são universais, por que a sua regulação varia de país para país? O texto argumenta que ela depende, em parte, do poder relativo de grupos que ganham e que perdem com a regulação. Regulações sobre agrotóxicos não são criadas e implementadas por órgãos de Estado politicamente neutros: elas resultam da influência relativa de grupos organizados. Neste “jogo”, grupos que concentram os custos ou benefícios de um ambiente regulado possuem mais incentivos para a mobilização do que grupos para os quais custos ou benefícios são difusos. Isto não impede, contudo, que grupos dispersos influenciem o processo regulatório, utilizando-se principalmente de normas e conhecimento técnico.”

“Agrotóxicos no Brasil: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória, Texto para Discussão (TD) 2506, IPEA, 2019

Levando em consideração a reflexão acima, relacione os conceitos a seguir às afirmativas que expressam diferentes possibilidades de ação pública e seus efeitos.

- Transição agroecológica
- Inovação/Modernização
- Conservação da agrobiodiversidade
- () Criação de Bancos de germoplasma.
- () Processo gradual de mudança de práticas de manejo, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, orientadas por dar centralidade aos ciclos ecológicos nos sistemas de agricultura, visando conservação ambiental e melhoria da saúde humana
- () Adoção do SPD como prática produtiva que visa conservar o solo, os recursos hídricos e o reaproveitamento da biomassa, tendo por foco principal a elevação dos ganhos de produtividade

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- I, II e III.
- III, I e II.
- III, II e I.
- II, I e III.
- II, III e I.

79

Os Organismos Geneticamente Modificados (OGM), em razão da complexidade e dos potenciais impactos, têm uma rígida regulação, que determina que toda atividade que envolva os OGM deve ser autorizada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.

A lei, no espírito da regulação e da proteção do interesse público e da sociedade, diz que os atores listados a seguir podem requerer autorização para atividades com OGM, à **exceção de um**. Assinale-o.

- (A) As organizações públicas e privadas nacionais.
- (B) As organizações públicas e privadas estrangeiras ou internacionais.
- (C) As pessoas físicas em atuação autônoma e independente, ainda que mantenham vínculo empregatício com pessoas jurídicas.
- (D) Os laboratórios científicos de entidades públicas ou privadas.
- (E) As financiadoras ou patrocinadoras de atividades ou de projetos.

80

Os biocombustíveis adquiriram enorme importância econômica e social nos últimos 20 anos, mas o setor sucroenergético brasileiro entrou em uma profunda crise a partir dos anos 2010.

A esse respeito, leia o fragmento de texto a seguir.

“A produtividade agrícola do setor sucroenergético sofreu quedas consideráveis nas últimas três safras. (...) Contudo, ao considerar na análise uma série histórica longa, observa-se queda pronunciada do ritmo de ganhos de rendimento agrícola, bem como a deterioração de importantes indicadores de difusão tecnológica (...) a produtividade agrícola da lavoura brasileira de cana-de-açúcar atingiu, em 2007, a marca histórica de 11.200 kg de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR)1 por hectare (ATR/ha), nível quase 130% superior ao verificado em 1975, no início do Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Contudo, a performance nos últimos anos passou a apresentar trajetória distinta, com anos seguidos de reduções de produtividade, ainda que, no longo prazo, a trajetória continue crescente. Em 2011 e 2012, por exemplo, a produtividade da lavoura canavieira ficou abaixo do patamar de 10.000 kg de ATR/ha. Como resultado, a afirmação de que o Brasil tem a indústria de cana mais competitiva do mundo deixou de ser verdadeira.”

BNDES Setorial, n. 37, mar. 2013, p. 399-442

Levando em consideração o fragmento acima, relacione o que se pode considerar como fatores estruturais e o que pode se considerar como fatores conjunturais para explicar tal quadro.

- I. Fatores estruturais da crise
- II. Fatores conjunturais da crise
- () Altos valores no Índice de Atualização Varietal (IAV)
- () Baixa renovação dos canaviais
- () Adversidades climáticas
- () Altos valores no Índice de Concentração Varietal (ICV)

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) II – II – II – I.
- (B) I – I – II – I.
- (C) I – I – I – II.
- (D) I – II – I – II.
- (E) I – II – II – I.

81

Segundo a Lei nº 8.171/1991, é possível afirmar que as definições da política agrícola e de desenvolvimento rural estão assentadas em algumas diretrizes, que podemos definir conceitualmente como: *planejamento, governança e conservação/sustentabilidade*.

Partindo dessa conceituação, relacione os conceitos que melhor caracterizam os artigos dessa lei.

- 1. Planejamento econômico
- 2. Governança
- 3. Conservação/sustentabilidade
- () Sistematizar a atuação dos diversos segmentos intervenientes da agricultura numa perspectiva de médio e longo prazos, reduzindo as incertezas do setor (Art. 3º, inciso II).
- () Possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor rural, na definição dos rumos da agricultura brasileira (Art. 3º, inciso XI).
- () Proteger o meio ambiente e garantir o seu uso racional (Art. 3º, inciso IV).
- () Compatibilizar as ações da política agrícola com as de reforma agrária, assegurando aos beneficiários o apoio à sua integração ao sistema produtivo (Art. 3º, inciso VII).

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 1.
- (B) 2 – 3 – 1 – 2.
- (C) 1 – 1 – 2 – 3.
- (D) 2 – 2 – 3 – 1.
- (E) 3 – 2 – 3 – 1.

82

O texto *A Pesca no Brasil*, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), afirma o seguinte:

“A pesca é a atividade comercial praticada ao longo de todo o litoral brasileiro, que se estende por mais de 8.500 km de costa, apresentando, portanto, elevada importância social e econômica para enorme contingente de trabalhadores das regiões. A atividade pesqueira é regida pela Lei nº 11.959/2009 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. De acordo com o a Medida Provisória nº 870/2019, no Art. 21, inciso III, e com o Decreto nº 9.667/2019, compete ao MAPA por meio da Secretaria da Aquicultura e Pesca tratar da política nacional pesqueira e aquícola, inclusive a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões, dos registros e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca. Além disso, o referido decreto destaca a competência do Ministério em relação à pesquisa, ao cooperativismo e associativismo e às negociações internacionais em aquicultura e na pesca.”

Confrontando esse texto com a Política Nacional de Aquicultura e Pesca, assinale a afirmativa correta.

- (A) As medidas provisórias posteriores eliminaram os dispositivos relativos à sustentabilidade da atividade pesqueira.
- (B) A atividade de pesca artesanal, por sua natureza não comercial, está excluída da definição de atividade pesqueira
- (C) A pesca amadora comercial é tratada como equivalente à pesca artesanal.
- (D) O texto está em contradição com a definição de classificação da atividade de pesca da Lei nº 11.959/2009.
- (E) O Art. 4º da Lei nº 11.959/2009, que define a atividade pesqueira, foi revogado, mudando a classificação da pesca como atividade.

83

Acerca dos programas Auxílio Brasil e Alimenta Brasil, instituídos pela Lei nº 14.284/2021, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Elimina a transferência indireta de renda, de acordo com a política do governo federal de redução dos gastos.
- () Introduz ações de incentivo ao esforço individual.
- () Incentiva a agricultura familiar, por meio de mecanismos de compra de alimentos para redistribuição em áreas de insegurança alimentar.
- () Desconsidera a formalização das relações de trabalho como foco da política social.
- () Introduz a inclusão produtiva rural e urbana nas ações a serem promovidas.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F, V, F, V e F.
- (B) F, V, F, V e V.
- (C) F, V, V, F e V.
- (D) V, V, V, F e F.
- (E) V, V, F, V e F.

84

O fragmento de texto a seguir indica uma tendência internacional de liberalização dos mercados agrícolas, como resultados dos acordos firmados na criação da OMC (Rodada Uruguai).

O acordo agrícola no âmbito da OMC

“O GATT de 1947 aplicava-se inicialmente à agricultura, mas apenas de forma pontual, e os Estados signatários (ou «partes contratantes») tinham, na prática, excluído esse setor do âmbito de aplicação dos princípios enunciados pelo Acordo Geral. No período entre 1947 e 1994, os membros eram autorizados a utilizar subvenções às exportações no caso de produtos agrícolas primários e a impor restrições à importação sob certas condições, razão pela qual os principais produtos de base agrícola enfrentaram barreiras ao comércio a uma escala que é invulgar noutros setores. O caminho rumo a um sistema de comércio dos produtos agrícolas equitativo e orientado para o mercado foi, por isso, difícil e longo, e as negociações foram finalmente concluídas durante a ronda do Uruguai. A agricultura beneficia-se de um estatuto especial nos acordos da OMC sobre comércio (assinados em 1994 e que entraram em vigor em 1 de janeiro de 1995), uma vez que o setor dispõe de um acordo específico, o Acordo sobre Agricultura, cujas disposições prevalecem.”

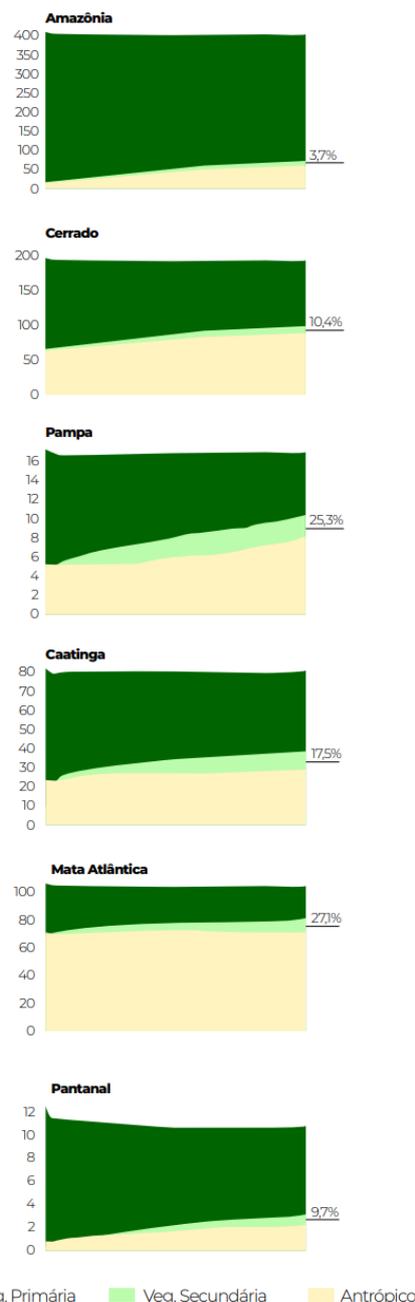
Fichas temáticas sobre a União Europeia, Parlamento Europeu.

Um aspecto decisivo de tal processo foi a tarifificação. Assinale a resposta que indica uma medida que **não** se refere ao processo de tarifificação.

- (A) Substituição das restrições de importação por cotas.
- (B) Redução da Medida Geral de Apoio (MGA) (ou AMS, na sigla em inglês).
- (C) Adoção da garantia de que a quantidade importada antes do acordo ser implementado poderia continuar a ser importada.
- (D) Adoção de uma medida equivalente de proteção.
- (E) Uso de tarifas mais baixas para quantidades específicas e tarifas mais altas (geralmente muito altas) para as quantidades que excedam esta cota.

85

Os gráficos do Mapbiomas a seguir mostram a evolução histórica de três categorias de ocupação do solo no período 1986-2020: vegetação primária, vegetação secundária e antrópico.



Fonte: Projeto Mapbiomas, 2021

Analisando os dados do Mapbiomas e considerando os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), assinale a afirmativa correta.

- (A) O desmatamento é proporcionalmente maior na Amazônia e no Cerrado.
- (B) A vegetação nativa não sofreu redução no período 1986-2020.
- (C) O desmatamento tem continuado no período 1986-2020, mas as florestas têm apresentado regeneração, indicando alguma efetividade da política ambiental.
- (D) O desmatamento é maior, em termos absolutos, na Mata Atlântica e na Caatinga.
- (E) O crescimento da vegetação secundária indica inexistência de desmatamento.

86

O *plantio direto* é uma forma de produção que apresenta um conjunto articulado de processos e técnicas de caráter conservacionista na agricultura.

Sobre o sistema de plantio direto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A semente é depositada em sulcos cujas dimensões são suficientes para a adequada cobertura e contato das sementes com a terra.
- II. Proporciona uma proteção contra o escoamento superficial e a erosão hídrica que carregam nutrientes e matéria orgânica do solo, causando sua degradação.
- III. Dispensa o controle de espécies invasoras por meio do uso de químicos.
- IV. Exige formação e manutenção de uma cobertura vegetal morta.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I, III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, II e IV.

87

A política de irrigação no Brasil se defronta com uma complexa situação na gestão dos recursos hídricos.

Tabela 1. Potencial de área irrigada no Brasil.

Região	Área irrigada (IBGE, 2006)	Área potencial	Incremento (x vezes)
Norte	107.789,21	14.598.000,00	135,43
Nordeste	985.347,63	1.304.000,00	1,32
Centro-Oeste	549.465,88	4.926.000,00	8,96
Sudeste	1.586.744,28	4.229.000,00	2,66
Sul	1.224.578,11	4.507.000,00	3,68
Total	4.453.925,11	29.564.000,00	6,64

Fonte: Agência Nacional de Águas (2012) e Christofidis (2002).

Considerando os dados da Agência Nacional de Águas, como ponto de partida, e analisando as características da política de irrigação, os efeitos da tecnologia de irrigação e a formação de uma agricultura irrigada no Brasil, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A tecnologia de irrigação é considerada neutra em relação à conservação dos recursos hídricos.
- () A agricultura irrigada, segundo o censo agropecuário de 2006, era responsável por 20% da produção na agricultura brasileira, apresentando boa produtividade.
- () As mudanças climáticas têm um impacto crescente no setor agrícola, que tende, nas condições técnicas atuais, a aumentar a demanda por tecnologias de irrigação.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V, V e F.
- (B) V, F e V.
- (C) F, V e V.
- (D) V, V e V.
- (E) F, F e V.

88

De acordo com a Lei nº 11.959/2009 e a Política de Desenvolvimento Sustentável, **não** são áreas de exercício de atividade pesqueira

- (A) as áreas definidas como patrimônio histórico e aquelas definidas como áreas de exclusão para o tráfego aquaviário.
- (B) as unidades de conservação de desenvolvimento sustentável.
- (C) a zona econômica exclusiva brasileira, o alto-mar e outras áreas de pesca, conforme acordos e tratados internacionais firmados pelo Brasil.
- (D) o mar territorial e a plataforma continental.
- (E) as águas continentais interiores.

89

As diretrizes e princípios da Política Nacional da Biodiversidade dizem o seguinte:

“Os princípios estabelecidos neste Anexo derivam, basicamente, daqueles estabelecidos na Convenção sobre Diversidade Biológica e na Declaração do Rio, ambas de 1992, na Constituição e na legislação nacional vigente sobre a matéria. A Política Nacional da Biodiversidade rege-se-á pelos seguintes princípios: I - a diversidade biológica tem valor intrínseco, merecendo respeito independentemente de seu valor para o homem ou potencial para uso humano; II - as nações têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos biológicos, segundo suas políticas de meio ambiente e desenvolvimento; III - as nações são responsáveis pela conservação de sua biodiversidade e por assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem dano ao meio ambiente e à biodiversidade de outras nações ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional; IV - a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade são uma preocupação comum à humanidade, mas com responsabilidades diferenciadas, cabendo aos países desenvolvidos o aporte de recursos financeiros novos e adicionais e a facilitação do acesso adequado às tecnologias pertinentes para atender às necessidades dos países em desenvolvimento.”

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Política Nacional da Biodiversidade não observa o princípio de soberania nacional.
- (B) A política da biodiversidade, apesar do conceito de sustentabilidade, é utilitarista, pois a conservação da biodiversidade só é postulada por seu valor econômico no desenvolvimento.
- (C) A política da biodiversidade considera, como princípio, que a conservação é uma causa comum, logo, indica a distribuição homogênea de responsabilidades entre mundo desenvolvido e em desenvolvimento.
- (D) A política nacional da biodiversidade segue um modelo desenvolvimentista clássico.
- (E) A política nacional da biodiversidade expressa os princípios básicos do desenvolvimento sustentável, que foi desenvolvido em arenas multilaterais.

90

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as unidades em que pode ser desenvolvida exploração sustentável são organizadas em diferentes categorias.

Dentre as opções a seguir, assinale a que **não** está submetida à proteção integral.

- (A) Estação Ecológica.
- (B) Parque Nacional.
- (C) Monumento Natural.
- (D) Refúgio de Vida Silvestre.
- (E) Área de Relevante Interesse Ecológico.

91

A agroecologia tem se expandido em todo mundo como uma proposta de mudança tecnológica e social dos sistemas de produção. Acerca do tema, leia o texto a seguir.

“A prática agroecológica está baseada na valorização da diversidade cultural e biológica, conservando e resgatando as variedades crioulas e o conhecimento tradicional das populações locais, visando desenvolver agroecossistemas mais sustentáveis. Diferentemente da agricultura orgânica, não busca a padronização de técnicas; desenvolve o conceito de transição agroecológica, que consiste no processo de mudança e adequação gradual das práticas agrícolas. A difusão das práticas baseia-se na troca de saberes entre as comunidades e se estabelece de forma participativa. Outros princípios que fundamentam a prática são a soberania alimentar e a equidade de gênero. A soberania alimentar sustenta o direito de os povos definirem suas estratégias de produção e consumo dos alimentos de que necessitam. A equidade de gênero baseia-se no reconhecimento do papel relevante que as mulheres têm exercido nos sistemas de produção agroecológica.”

IPEA – Textos para Discussão: *Análise da Construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil*, 2017.

A partir do texto, conclui-se que a agroecologia apresenta os seguintes três princípios fundamentais:

1. Valorização da biodiversidade
2. Participação da sociedade civil em processos decisórios
3. Equidade

Relacione tais princípios às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7794/2012-PNAPO listadas a seguir.

- () Promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção.
 () Promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional.
 () Estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 3 – 1 – 2.
 (B) 1 – 3 – 2.
 (C) 2 – 1 – 3.
 (D) 2 – 3 – 1.
 (E) 3 – 2 – 1.

92

O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial de produção da Lei nº 10.831/2003 abrange cumulativamente sistemas:

1. natural e biodinâmico.
2. de precisão e biológico.
3. natural e de sucessão de culturas.
4. agroecológicos e permacultura.
5. regenerativo e ecológico.

Assinale a opção que apresenta os sistemas que se enquadram na definição legal de sistema orgânico.

- (A) 1, 2 e 4, apenas.
 (B) 1, 4 e 5, apenas.
 (C) 2, 4 e 5, apenas.
 (D) 2, 3 e 4, apenas.
 (E) 1, 3 e 5, apenas.

93

Conforme as informações da ONU, a segurança alimentar é um problema multidimensional e internacional. No Brasil, a Lei nº 11.346/2006 criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Decreto nº 7.272/2010, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN.

Acerca do tema, leia o texto a seguir:

“As estatísticas indicam que estamos retrocedendo no combate à fome. Voltamos aos níveis de 15 anos atrás e estamos perdendo a batalha contra todas as formas de desnutrição. Ainda há muito a ser feito para garantir uma alimentação saudável para toda a população ao longo da vida. Se não fizermos mudanças rápidas e substanciais, os países da região não alcançarão o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável” e o ODS 3: “Garantir vidas e promover o bem-estar para todos em todas as idades.” Não conseguiremos reverter essas tendências a menos que transformemos nossos sistemas agroalimentares para torná-los mais eficientes, resilientes, inclusivos e sustentáveis para fornecer uma dieta saudável para todos, sem deixar ninguém para trás”.

Panorama de la Seguridad Alimentaria y la Nutrición en América Latina y el Caribe, Número de serie: 2021, Editor: FAO, FIDA, OPS, WFP y UNICEF.

A partir de tais considerações, assinale a opção que retrata corretamente a definição do conceito de segurança alimentar e nutricional do SISAN.

- (A) A segurança alimentar é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal.
 (B) A segurança alimentar é um conjunto de ações multissetoriais que integram estratégias de segurança e soberania nacional.
 (C) A segurança alimentar é uma política de incentivo à produção agropecuária para combate à fome, que deve levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.
 (D) A segurança alimentar deve garantir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para todos, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, que respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.
 (E) A segurança alimentar é uma política pública que visa garantir a estabilidade da oferta de alimentos.

94

A Lei nº 9.393/1996 dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Para a instituição de um sistema de tributos, a referida lei estipulou uma série de definições e conceitos para definir o objeto da tributação. No que se refere aos conceitos de imunidade e isenção do ITR, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- () Nos termos do art. 153, § 4º, *in fine*, da Constituição Federal de 1988, o imposto não incide sobre pequenas glebas rurais, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.
- () Pequenas glebas rurais são os imóveis com área igual ou inferior a: I - 100 ha, se localizado em município compreendido na Amazônia Ocidental ou no Pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense; II - 50 ha, se localizado em município compreendido no Polígono das Secas ou na Amazônia Oriental; III - 30 ha, se localizado em qualquer outro município.
- () É isento do imposto o imóvel rural compreendido em programa oficial de reforma agrária, caracterizado pelas autoridades competentes como assentamento, que, cumulativamente, atenda aos seguintes requisitos: a) seja explorado por associação ou cooperativa de produção; b) a fração ideal por família assentada não ultrapasse os limites estabelecidos no artigo anterior; c) o assentado não possua outro imóvel.

As afirmativas são, respectivamente, na ordem dada,

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e F.
- (C) F, V e F.
- (D) V, F e V.
- (E) F, V e V.

95

Segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), estabelecido pela Lei nº 9.433/97, é um dos instrumentos que orienta a gestão das águas no Brasil.

Avalie se o PNRH 2022-2040 estabelece como *consumo consuntivo*:

- I. O uso da água no abastecimento humano e no abastecimento animal.
- II. O uso da água na navegação, na pesca, na recreação, no turismo e no lazer.
- III. O uso da água na indústria, na mineração, na irrigação e na termoeletricidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I, apenas.
- (E) I e III, apenas.

96

A reforma agrária é uma política de Estado que cumpre um papel fundamental no ordenamento territorial, na estrutura produtiva e na gestão do desenvolvimento humano. As leis que regem a reforma agrária definem uma série de instrumentos para articular essas múltiplas dimensões.

De acordo com a Lei nº 4947/1966 e a Lei nº 4.504/1964, **não** são elegíveis de destinação, para fins de reforma agrária, as terras

- (A) da União sem destinação específica.
- (B) particulares de zonas críticas ou de tensão social.
- (C) devolutas da União, dos Estados e dos Municípios.
- (D) particulares que conservem recursos naturais e promovam o bem-estar de proprietários e trabalhadores.
- (E) reservadas pelo Poder Público para serviços ou obras de qualquer natureza.

97

A história da formação do espaço agrário brasileiro é marcada pelo forte impacto econômico e institucional da colonização. Sobre o tema, leia o trecho a seguir.

“A dinâmica territorial do País foi e segue condicionada a sua estrutura fundiária, desigual em múltiplas facetas. Historicamente, o acesso à terra determinou a inserção de grupos sociais na sociedade e na estrutura política econômica brasileira e, nesse sentido, é possível dizer que a estrutura fundiária constitui um indicador e um revelador importante dos processos de apropriação da natureza e estratificação social nos territórios rurais. Ela pode ser considerada um fator chave na compreensão desta dinâmica, e pode bloquear ou favorecer o desenvolvimento rural.”

(Atlas do Espaço Rural Brasileiro, IBGE. Coordenação de Geografia, 2020).

Sobre as leis de ordenamento fundiário e seus efeitos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei 601 de 18/09/1850 foi uma iniciativa estatal no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil e criar os fundamentos do direito agrário.
- II. O ordenamento do direito agrário, consolidado entre 1850 e 1946, permitiu o aprofundamento da concentração de terras e restringiu o acesso da população indígena e negra à terra.
- III. Um dos aspectos cruciais da Lei de Terras foi preparar as condições para a expansão da economia de mercado, criando, dentre outras coisas, a possibilidade de compra de terras por estrangeiros.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

98

O Censo Agropecuário apresentou um novo retrato da estrutura fundiária brasileira. O quadro a seguir divide os proprietários dos não-proprietários (agrupados em diferentes categorias de relação com as terras).

Brasil, IBGE - 2017	Sexo do produtor		
	Total	Homens	Mulheres
Condição do produtor em relação às terras			
Total	5.073.324	4.110.450	946.075
Proprietário(a)	4.108.639	3.341.256	754.191
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	258.309	197.201	60.749
Arrendatário(a)	160.124	143.599	14.647
Parceiro(a)	115.208	94.999	19.281
Comodatário(a)	249.726	196.117	53.332
Ocupante	104.281	80.813	23.395
Produtor sem área	77.037	56.465	20.480

A partir da leitura dos dados do IBGE, analise as afirmativas a seguir.

- I. As mulheres têm maior participação percentual na categoria concessionário e na categoria produtor sem área.
- II. A participação percentual de mulheres é mais expressiva em duas categorias de não proprietários, em que relação com a terra apresenta menos formalização.
- III. A partir dos dados do IBGE, é possível constar que a posição das mulheres na estrutura agrária é desvantajosa, tendo em vista o maior número de mulheres na condição de não-proprietárias de terras.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

99

A Lei nº 11.952/2009 dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Assinale a opção que define corretamente a *ocupação indireta*.

- (A) É a atividade econômica exercida somente por interposta pessoa.
- (B) É a atividade econômica exercida em imóvel rural e gerenciada, de fato ou de direito, por terceiros, que não sejam os requerentes.
- (C) É a atividade econômica exercida em imóvel rural, praticada pelo ocupante com o auxílio de seus familiares, ou com a ajuda de terceiros, ainda que assalariados.
- (D) É a atividade econômica exercida em imóvel rural por meio de preposto ou assalariado.
- (E) É a atividade econômica exercida por intermédio de capital estrangeiro.

100

O *Banco da Terra* foi uma mudança significativa na política fundiária.

“A Constituição Federal garante a todos os brasileiros ou estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à propriedade, subordinada ao atendimento de sua função social, e prevê a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, assim como a expropriação de terras com culturas ilegais (psicotrópicos), destinando-as à reforma agrária. O Estatuto da Terra prevê, entre as medidas de acesso à propriedade rural, a compra e venda, a desapropriação por interesse social, a doação, a arrecadação dos bens vagos, a reversão de posse do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros, e a herança ou legado (...) Denominado Fundo de Terras e da Reforma Agrária, o Banco da Terra foi criado com a finalidade expressa de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural.

MONTEIRO, Ana Victoria Vieira Martins & JÚLIO, Jorge Eduardo. *A Reforma Agrária e o Banco Da Terra*, Instituto de Economia Agrícola, 2001.

Acerca da estrutura de governança do Banco da Terra, assinale a opção que retrata a prescrição da política pública estabelecida pela Lei Complementar 93/1998 e decretos que regulam a mesma lei.

- (A) O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é o órgão gestor e o gestor financeiro.
- (B) A gestão é distribuída entre órgãos da administração direta e indireta, a elaboração e a execução de projetos pode ter a participação de estados e municípios e a implantação, da sociedade civil.
- (C) A gestão é feita pela administração direta da União, com participação de estados e municípios.
- (D) A gestão é realizada pela União, sendo a gestão financeira delegada aos bancos privados.
- (E) A União descentraliza a função de órgão gestor para o BNDES.

Realização

